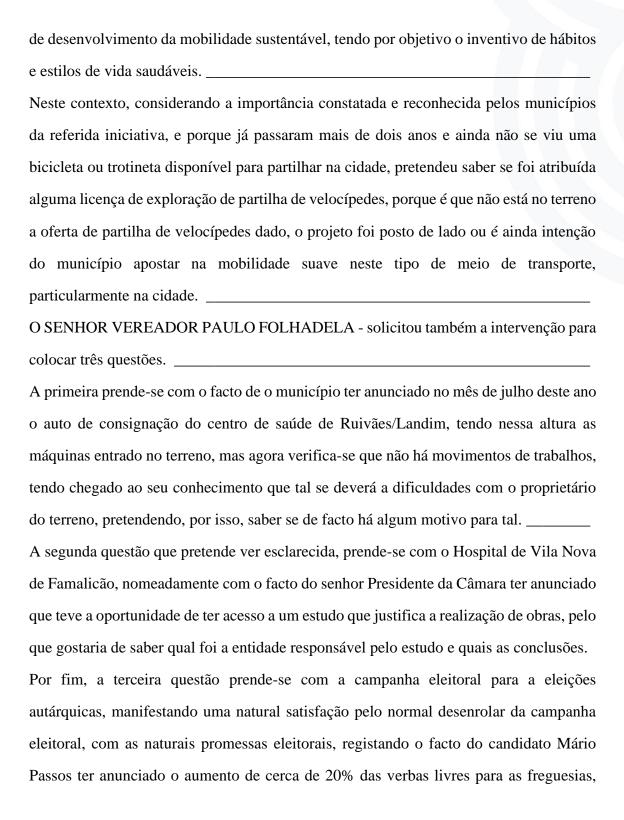


Nº. 19/2025ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA VINTE E CINCO DE
SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E VINTE E CINCO
No dia vinte e cinco de setembro do ano dois mil e vinte e cinco, no Salão Nobre
do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Vila Nova de
Famalicão, sob a Presidência do Senhor Mário de Sousa Passos, com a presença dos
Senhores Vereadores, Paulo Agostinho Faria Costa Marques Folhadela, Ricardo Jorge
Costa Mendes, Alfredo Augusto Azevedo Morais Lima, Juliana Vicente Santos, Pedro
Manuel Santos Oliveira, António Sérgio Cortinhas de Freitas, Luísa Marlene Costa
Azevedo, Hélder Joaquim Fernandes Pereira, Sérgio Miguel Fernandes Tinoco Sampaio
e David Filipe Oliveira Carvalho.
O Senhor Vereador Eduardo Salvador da Costa Oliveira, eleito pela lista do Partido
Socialista, não esteve presente na reunião, tendo comunicado, atempadamente, essa
impossibilidade, sendo substituído pelo candidato a seguir na respetiva lista do Partido
Socialista, Sérgio Miguel Fernandes Tinoco Sampaio.
Eram dez horas quando o Senhor Presidente declarou aberta a reunião
<u> </u>

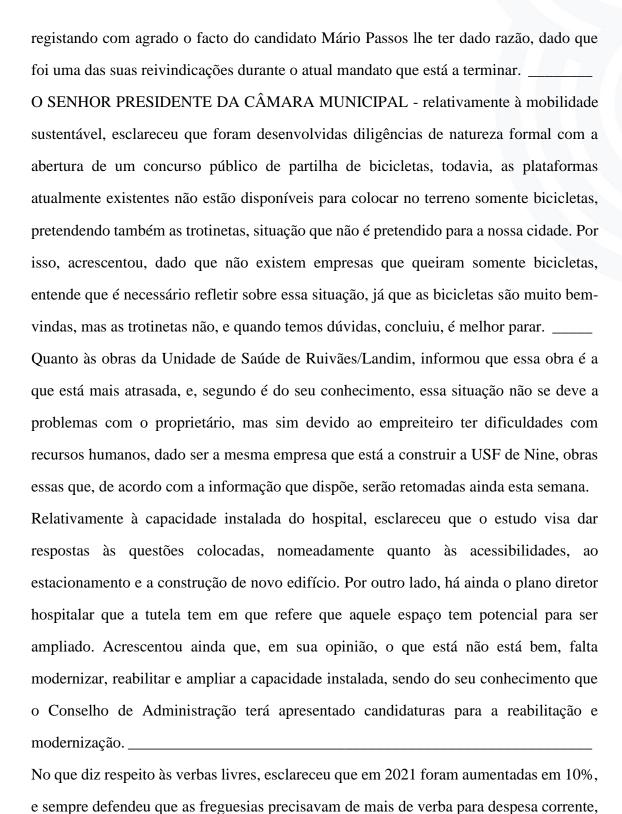
-<u>INTERVENÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO</u>:

O SENHOR VEREADOR SÉRGIO CORTINHAS - solicitou a intervenção, começando por referir que hoje celebra-se o dia nacional da sustentabilidade desconhecendo se o município tem alguma atividade para este dia, acrescentando que, por isso, e a este propósito, solicitou esclarecimento sobre a implementação da mobilidade suave e a atividade de partilha de velocípedes em Famalicão, recordando que em fevereiro de 2023 foi aprovado em reunião desta Câmara Municipal o regulamento para a atividade de partilha de velocípedes, no contexto do incentivo à implementação de políticas públicas











acrescentando que o município vai investir muito nas freguesias (cerca de 50 milhões), e,
por isso, a Câmara Municipal está em condições de reforçar a sua autonomia financeira
em pelo menos de 20% e, com esse dinheiro, possam aprovar atividades de natureza
imaterial, para que as Juntas de Freguesia fiquem envolvidas no processo de
desenvolvimento local.
O SENHOR VEREADOR SÉRGIO CORTINHAS - solicitou novamente a intervenção
para manifestar concordância com o Presidente da Câmara, dado que é também sua
opinião que as trotinetas não são bem-vindas, apresentando-se até como poluição visual,
esperando, por isso, que essa reflexão não seja motivo para cancelamento do projeto,
sendo importante desenhar a cidade para que, no futuro, seja mais sustentável.
-NÃO HAVENDO MAIS INTERVENÇÕES, PASSOU-SE, DE IMEDIATO, À
APRECIAÇÃO DOS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA:
ORDEM DO DIA:
PRESIDÊNCIA:
1 - APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
DO DIA 11 DE SETEMBRO DE 2025
Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve:
"Submetida a aprovação, a ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia
11 de setembro de 2025, cuja leitura foi dispensada em virtude dos seus textos terem sido
previamente distribuídos".
DELIBERADO DOD LINANIMIDADE DOC DECENTES ADDOMAD
DELIBERADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR
-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM CATORZE DE OUTUBRO DE 2021. A PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA.
ZUZI, A PKUPUSIA FUI APKUVADA EM MINUTA.



2 - VOTOS DE LOUVOR E DE CONGRATULAÇÃO.
Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve:
"O Município tem o dever de reconhecer os desportistas e entidades famalicenses que
contribuem para a valorização da imagem do concelho de Vila Nova de Famalicão no
âmbito nacional e internacional.
1. Os atletas Diogo Abreu e Gonçalo Costa, ao serviço da Seleção Nacional de Hóquei
em Patins, conquistaram o título de Campeões Europeus de Hóquei em Patins, no escalão
de Sub17, no Campeonato Europeu de Sub 17, que se realizou em França, no dia 19 de
julho;
2. O atleta famalicense Gonçalo Costa, da WWV Hagens Berman-Jayco, conquistou os
títulos de Campeão Nacional de Ciclismo de Estrada e Vice-Campeão Nacional de
Contrarrelógio, no escalão de Juniores, no Campeonato Nacional de Ciclismo de Estrada,
que se realizou em Mangualde, entre os dias 1 e 3 de agosto;
3. O atleta famalicense Gonçalo Alves, ao serviço da Seleção Nacional de Hóquei em
Patins, conquistou o título de Campeão da Europa de Hóquei em Patins, que se realizou
em Portugal, entre os dias 1 e 6 de setembro;
4. O atleta Pedro Sá, do Clube Desportivo das Aves, conquistou o título de Campeão
Nacional de Gravel (BTT), no escalão de M 30, no Campeonato Nacional de Gravel, que
se realizou em Ansião, no dia 14 de setembro;
5. O piloto Avelino Ferreira conquistou os títulos de Vice-Campeão Nacional de Flat
Track e Vice-Campeão da Taça de Portugal de Flat Track (motociclismo), na categoria
Trackers, no Campeonato Nacional e Taça de Portugal de Flat Track 2025;
6. O atleta José Santos, do Clube de Xadrez Associação Académica da Didáxis,
conquistou o título de Vice-Campeão Nacional de Xadrez de Semi-Rápidas, na categoria



A, no Campeonato Nacional Amador nas vertentes Rápidas e Semirrápidas, que se
realizou em Matosinhos, no dia 7 de setembro;
7. O atleta Miguel Oliveira, do Clube CB RUN - Clube de Trail e Atletismo, conquistou
o título de Vice-Campeão Nacional de Trail Endurance, no escalão de M45, no circuito
nacional de Trail Endurance.
Pelo exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere:
1. Aprovar um Voto de Louvor aos atletas Diogo Abreu e Gonçalo Costa, pela conquista
do título de Campeões Europeus de Hóquei em Patins, no escalão de Sub17
2. Aprovar um Voto de Louvor ao atleta Gonçalo Costa, pela conquista dos títulos de
Campeão Nacional de Ciclismo de Estrada e Vice-Campeão Nacional de Contrarrelógio.
3. Aprovar um Voto de Louvor ao atleta Gonçalo Alves, pela conquista do título de
Campeão da Europa de Hóquei em Patins.
4. Aprovar um Voto de Louvor ao atleta Pedro Sá, pela conquista do título de Campeão
Nacional de Gravel (BTT), no escalão de M 30.
5. Aprovar um Voto de Congratulação ao piloto Avelino Ferreira, pela conquista dos
títulos de Vice-Campeão Nacional de Flat Track e Vice-Campeão da Taça de Portugal de
Flat Track, na categoria Trackers
6. Aprovar um Voto de Congratulação ao atleta José Santos, pela conquista do título de
Vice-Campeão Nacional de Xadrez de Semi-Rápidas, na categoria A
7. Aprovar um Voto de Congratulação ao Atleta Miguel Oliveira, pela conquista do título
de Vice-Campeão Nacional de Trail Endurance, no escalão de M45.
8. Dar conhecimento dos presentes Votos de Louvor e Congratulação aos atletas e às
Associações que representam."



DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR OS VOTOS DE
LOUVOR E DE CONGRATULAÇÃO, NOS TERMOS DA PROPOSTA
APRESENTADA, TENDO OS SENHORES VEREADORES DO PARTIDO
SOCIALISTA SE ASSOCIADO A ESTES VOTOS.
-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM CATORZE DE OUTUBRO DE
2021, A PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA
FREGUESIAS:
3 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS PARA AS FREGUESIAS DE
MOGEGE, DE NINE, OLIVEIRA STA. MARIA E DE RIBEIRÃO E PARA AS
UNIÕES DAS FREGUESIAS DE AVIDOS E LAGOA, DE CARREIRA E BENTE, DE
RUIVÃES E NOVAIS E DE VALE S. COSME, TELHADO E PORTELA.
Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve:
"Considerando que:
Nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de
setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da
Câmara Municipal, deliberar sobre as formas de apoio às Freguesias no quadro da
promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;
A Assembleia Municipal, em reunião datada de 06 de dezembro de 2021, delegou esta
competência na Câmara Municipal;
O Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, na sua redação atual, prevê nas
alíneas c), d) e e) do seu artigo 54.º a possibilidade de atribuição de apoio financeiro às
freguesias para obras de construção ou conservação de instalações de imóveis integrados
no património da Freguesia, para atividades e projetos pontuais e para infraestruturas
diversas, nomeadamente vias vicinais e suas infraestruturas hásicas:



Às Juntas de Freguesia, no âmbito das suas competências, tal como definido na alínea ii),
do n.º 1, do artigo 16.º do citado Anexo I da Lei n.º 75/2013, na sua redação atual, cumpre
administrar e conservar património da Freguesia;
As Juntas das Freguesias de Mogege, de Nine, de Oliveira Sta. Maria e de Ribeirão e as
Uniões das Freguesias de Avidos e Lagoa, de Carreira e Bente, de Ruivães e Novais e de
Vale S. Cosme, Telhado e Portela solicitaram, conforme disposto no artigo 57.º do Código
Regulamentar sobre Concessão de Apoios, um apoio financeiro para diversas obras nas
Freguesias, nomeadamente:
a) Freguesia de Mogege - Demolição e reconstrução de muro na rua Penedo da Moura -
Orçamentada em 21.005,00 euros + IVA;
b) Freguesia de Nine - Arranjos exteriores do polivalente da Freguesia - Orçamentada
em 143.780,25 euros + IVA;
c) Freguesia de Oliveira Sta. Maria - Requalificação da rua de Nossa Senhora de Fátima,
1.ª Fase - Orçamentada em 52.947,30 euros + IVA;
d) Freguesia de Ribeirão - Requalificação da Marginal do Rio Veirão, entre a ponte
situada na Rua Adelino Campos e a Unidade de Saúde Familiar de Ribeirão - 1.ª Fase -
Orçamentada em 64.376,26 euros + IVA;
e) União de Freguesias de Avidos e Lagoa - Aquisição de material para a reconstrução de
muro e passeios no entroncamento da rua Manuel Correia Marques - Avidos -
Orçamentada em 3.700,44 euros + IVA;
f) União de Freguesias de Carreira e Bente - Reabilitação do acesso pedonal à Igreja de
Bente e rua de Cima - Orçamentada em 22.124,04 euros + IVA;
g) União de Freguesias de Carreira e Bente - Requalificação da Travessa da Granja -
Carreira - Orcamentada em 15 000 00 euros + IVA:



h) União de Freguesias de Ruivães e Novais - Instalação de um parque infantil na rua do
Ribeiro - Ruivães - Orçamentada em 34.567,00 euros + IVA;
i) União de Freguesias de Vale S. Cosme, Telhado e Portela - Requalificação do Parque
de Lazer da Boca, 2.ª fase - Vale S. Cosme - Orçamentada em 13.690,00 euros + IVA; _
Tais pedidos enquadram-se nos critérios de atribuição de apoios previstos no n.º 1 do
artigo 59.º e n.º 3 do artigo 57.º do Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, na
sua redação atual, conforme informações técnicas em anexo;
O custo das obras cifrar-se-á em 357.500,29 euros (trezentos e cinquenta e sete mil e
quinhentos euros e vinte e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de
acordo com os orçamentos apresentados pelas Juntas de Freguesia, e que se anexam à
presente proposta;
Nos termos do n.º 1 do artigo 65.º do citado Código Regulamentar, os pagamentos são
efetuados após pedido apresentado pela Freguesia, sendo que, no caso de obras, é feita
uma vistoria documentada pelos técnicos da Câmara Municipal, que constate estarem
realizadas as obras de acordo com os projetos ou, quando tal não seja exigível, com a
memória descritiva que instruiu o requerimento do pedido de apoio.
Nos termos do exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere:
1. Atribuir um apoio financeiro até ao montante global de 354.700,00 € destinado às
freguesias:
1.1 Freguesia de Mogege NIPC 506 915 719, até ao montante de 21.000,00 € (vinte e um
mil euros), destinado a comparticipar nas despesas da execução da obra mencionada no
corpo da presente proposta;
1.2 Freguesia de Nine NIPC 506 909 336, até ao montante de 143.000,00 € (cento e
quarenta três mil euros), destinado a comparticipar nas despesas da execução da obra
mencionada no corpo da presente proposta;



1.3 Freguesia de Oliveira Sta. Maria NIPC 506 925 439, até ao montante de 52.000,00 €
(cinquenta e dois mil euros), destinado a comparticipar nas despesas da execução da obra
mencionada no corpo da presente proposta;
1.4 Freguesia de Ribeirão NIPC 506 914 410, até ao montante de 64.000,00 € (sessenta e
quatro mil euros), destinado a comparticipar nas despesas da execução da obra
mencionada no corpo da presente proposta;
1.5 União de Freguesias de Avidos e Lagoa NIPC 510 834 795, até ao montante de
3.700,00 € (três mil e setecentos euros), destinado a comparticipar nas despesas da
execução da obra mencionada no corpo da presente proposta;
1.6 União de Freguesias de Carreira e Bente NIPC 510 835 694, até ao montante de
22.000,00 € (vinte e dois mil euros), destinado a comparticipar nas despesas da execução
da obra mencionada na alínea f) do corpo da presente proposta;
1.7 União de Freguesias de Carreira e Bente NIPC 510 835 694, até ao montante de
15.000,00 € (quinze mil euros), destinado a comparticipar nas despesas da execução da
obra mencionada na alínea g) do corpo da presente proposta;
1.8 União de Freguesias de Ruivães e Novais NIPC 510 839 320, até ao montante de
34.000,00 € (trinta e quatro mil euros), destinado a comparticipar nas despesas da
execução da obra mencionada no corpo da presente proposta;
1.9 União de Freguesias de Vale S. Cosme, Telhado e Portela NIPC 510 834 795, até ao
montante de 13.000,00 € (treze mil euros), destinado a comparticipar nas despesas da
execução da obra mencionada no corpo da presente proposta;
2. Efetuar o pagamento do apoio financeiro, constante no ponto 1.3 em duas prestações
anuais sendo a primeira no montante de 10.000,00 € (dez mil euros) no ano de 2025, e a
segunda no montante de 42.000,00 € (quarenta e dois mil euros) no ano de 2026;



3. Que os pagamentos dos referidos apoios sejam pagos de acordo com a
disponibilidades financeiras do Município, desde que se verifique a existência de fundo
disponíveis e, atento o disposto no n.º 1 do artigo 65.º do Código Regulamentar sobre
Concessão de Apoios, na sua redação atual, após a realização de uma vistoria que constat
que a obra foi realizada nos termos aprovados;
4. Aprovar as minutas dos contratos de cooperação, anexos à presente proposta e cujo
conteúdo se dá aqui por integralmente reproduzido;
5. Conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para, em nome
representação do Município, outorgar e assinar os referidos contratos de cooperação." _
Informam os Serviços de Contabilidade:
"Os fundos disponíveis são suficientes para assunção dos compromissos nºs 6459, 6464
6460, 6461, 6462, 6463, 6458, 6456 e 6457/2025 efetuados com base nos cabimentos nº
7440, 7445, 7441, 7442, 7443, 7444, 7439, 7437 e 7438/2025."
DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR
-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM CATORZE DE OUTUBRO DI
2021, A PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA.
4 - APOIO NÃO FINANCEIRO À UNIÃO DE FREGUESIAS DE AVIDOS E LAGOA
Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve:
"Considerando que:
Nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de
setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal, sobre proposta d
Câmara Municipal, deliberar sobre as formas de apoio às Freguesias no quadro de
promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;



A Assembleia Municipal, em reunião datada de 06 de dezembro de 2021, delegou esta
competência na Câmara Municipal;
O Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios na alínea a), do seu artigo 55.º, da
sua redação atual, prevê a possibilidade de atribuição de apoio não financeiro às
Freguesias para infraestruturas diversas, consubstanciando-se este apoio através do
fornecimento de recursos materiais, bens, produtos e afins;
Às Juntas de Freguesia, no âmbito das suas competências, tal como definido na alínea ii),
do n.º 1, do artigo 16.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, cumpre
administrar e conservar património da Freguesia;
A Junta da União de Freguesias de Avidos e Lagoa solicitou apoio não financeiro que se
consubstancia no fornecimento de 200 toneladas de betuminoso a quente para a
pavimentação da zona de estacionamento da Avenida da Sucarreira - Lagoa, sendo o valor
estimado do material de 10.830,00 euros acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
O pedido apresentado pela Freguesia enquadra-se nos critérios gerais de atribuição de
apoios, previstos no n.º 1 do artigo 59.º do diploma regulamentar citado;
Nos termos do exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere:
1. Atribuir um apoio não financeiro à União de Freguesias de Avidos e Lagoa, NIPC
510 834 795, que se consubstancia no fornecimento de 200 toneladas betuminoso a
quente para a pavimentação da zona de estacionamento da Avenida da Sucarreira, Lagoa,
sendo o valor estimado do material de 10.830,00 euros acrescido de IVA à taxa legal em
vigor, a formalizar mediante a celebração de um contrato de cooperação, cuja minuta se
anexa e faz parte integrante desta proposta;
2. Aprovar a minuta do contrato de cooperação, anexo à presente proposta;
3. Conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar o citado
contrato de cooperação."



DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR
-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM CATORZE DE OUTUBRO DE
2021, A PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA.
SOLIDARIEDADE SOCIAL:
5 - APOIO FINANCEIRO ÀS FÁBRICAS DAS IGREJAS PAROQUIAIS DO
CONCELHO PARA A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE REABILITAÇÃO.
Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve:
"Considerando que:
O Município de Vila Nova de Famalicão tem por objeto o desenvolvimento e a execução
de políticas estruturantes e de apoio ao desenvolvimento sustentado do concelho
englobando o processo e planeamento integrado de intervenção no âmbito da Rede Social
que prossegue o objetivo da cobertura equitativa e adequada de serviços e equipamentos
e da rentabilização dos recursos locais tendo por finalidade o desenvolvimento socia
local;
O Município de Vila Nova de Famalicão tem como desígnios estratégicos da sua atuação
a melhoria da qualidade de vida das populações e o crescimento equilibrado e harmonioso
do território concelhio, desenvolvendo os equipamentos de utilização coletiva que
desempenhem um papel estratégico na organização do espaço e na elevação dos padrões
de bem-estar das pessoas;
O financiamento municipal para a reabilitação de equipamentos religiosos constitui uma
condição relevante para aprofundar os padrões de coesão territorial, devido ao pape
valioso que desempenham na vivência espiritual e social das populações, assim como, a
valorização e conservação do Património Cultural Imaterial de Portugal;



As fábricas da igreja do concelho apresentam um relevante papel a nível social e
comunitário, visam a promoção da coesão social e da proteção aos cidadãos mais
vulneráveis, apresentando um papel fundamental no desenvolvimento social e humano
do concelho;
A Fábrica da Igreja Paroquial de S. Pedro de Bairro necessita realizar obras de ampliação
do Coro Alto da Igreja e Montagem do Grande Órgão, de forma a preservar o património.
A intervenção está orçamentada em cerca de 71.000,00€ + IVA (transporte e aquisição
do grande Órgão 21.000,00€ e ampliação do Coro Alto e montagem do Grande Órgão
50.00,00€);
A Fábrica da Igreja Paroquial de S. Mamede de Ribeirão necessitou de realizar obras de
beneficiação do recinto da Capela do Senhor dos Perdões, precisamente o parque de
estacionamento e a continuidade do caminho pedonal. O custo da obra está orçamentada
em cerca de 51.800,00€ + IVA;
A Fábrica da Igreja Paroquial de São Julião de Calendário, pelo Centro Social, Cultural e
Recreativo de São Miguel-o-Anjo, detetou a necessidade urgente de reabilitar a igreja de
São Miguel-o-Anjo, devido ao seu estado de degradação fruto do desgaste do
equipamento ao longo dos seus 22 anos de existência. As obras de manutenção da igreja
incidem no telhado, paredes, colunas exteriores e torre. O custo ascende os 65.000,00€ +
IVA;
Mediante as dificuldades em suportar as despesas com as referidas obras de reabilitação,
vêm solicitar ao Município um apoio financeiro para fazer face aos respetivos custos; _
Nos termos das alíneas o) e v) do n.º 1, do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12
de setembro, na sua redação atual, compete à Câmara Municipal deliberar sobre formas
de apoio a entidades ou organismos legalmente existentes, com vista à realização de obras



com interesse municipal, bem como prestar apoio a pessoas em situação de
vulnerabilidade;
Nos termos das alíneas b) e c) do n.º 2 do artigo 69.º do Código Regulamentar sobre
Concessão de Apoios, na sua redação atual, a Câmara Municipal pode deliberar atribuir
um apoio financeiro às entidades e organismos que pretendam concretizar obras de
construção, conservação ou beneficiação das suas instalações e apoio na aquisição de
equipamentos sociais desportivos, recreativos, culturais ou outros necessários ao
desempenho de atividades e funções das mencionadas entidades.
Termos em que tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:
1. Conceder um apoio financeiro para obras de reabilitação dos equipamentos religiosos
às seguintes Fábricas das Igrejas Paroquiais:
1.1. À Fábrica da Igreja Paroquial de S. Pedro de Bairro, pessoa coletiva n.º 503 061 603,
no valor de 20.000,00€ (vinte mil euros), como comparticipação das despesas inerentes
às obras de ampliação do Coro Alto da Igreja, conforme orçamentos apresentados, o qual
não é impeditivo de outras eventuais formas de financiamento;
1.2. À Fábrica da Igreja Paroquial de S. Mamede de Ribeirão, pessoa coletiva n.º 501 463
178, no valor de 11.800,00€ (onze mil e oitocentos euros), como comparticipação das
despesas inerentes à fase final das obras de reabilitação do recinto da Capela do Senhor
dos Perdões, precisamente o parque de estacionamento e a continuidade do caminho
pedonal, conforme contrato de empreitada, orçamento e faturas apresentadas, o qual não
é impeditivo de outras eventuais formas de financiamento;
1.3. À Fábrica da Igreja Paroquial de São Julião de Calendário, pessoa coletiva nº 501
234 047, no valor de 30.000,00€ (trinta mil euros), como comparticipação das despesas
inerentes às obras de reabilitação da Igreja de S. Miguel-o-Anjo, nomeadamente o



telhado, paredes, colunas exteriores e torre, conforme orçamento apresentado, o qual não
é impeditivo de outras eventuais formas de financiamento;
2. Que os apoios financeiros sejam pagos de acordo com as disponibilidades financeiras
do Município, desde que se verifique a existência de fundos disponíveis, mediante
informação escrita a prestar pelos competentes serviços a informar da boa execução das
obras e a formalização dos respetivos protocolos, cuja minuta se anexa e faz parte
integrante desta proposta;
3. Aprovar a minuta do protocolo em anexo;
4. Conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar os
referidos protocolos às instituições atrás mencionadas."
Informam os Serviços de Contabilidade:
"Os fundos disponíveis são suficientes para assunção dos compromissos nºs 6484, 6485
e 6486/2025 efetuados com base nos cabimentos nºs 7450, 7451, e 7452/2025."
DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR
-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM CATORZE DE OUTUBRO DE
2021, A PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA
6 - APOIO NÃO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
LOCAL MAIS VIDA, IPSS PARA O PROJETO DE ARQUITETURA E
ESPECIALIDADES DA NOVA RESPOSTA SOCIAL CRECHE.
Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve:
"Considerando que:
O Município de Vila Nova de Famalicão tem por objeto o desenvolvimento e a execução
de políticas estruturantes e de apojo ao desenvolvimento sustentado do concelho.



englobando o processo e planeamento integrado de intervenção no âmbito da Rede Social,
que prossegue o objetivo da cobertura equitativa e adequada de serviços e equipamentos
e da rentabilização dos recursos locais tendo por finalidade o desenvolvimento social
local;
O Município considera o investimento na modernização da rede de equipamentos sociais
uma dimensão estratégica de desenvolvimento local, contribuindo para fazer de Vila
Nova de Famalicão um concelho mais coeso, justo e solidário;
Neste contexto, o apoio do Município à modernização da rede de equipamentos sociais
assenta em dois princípios fundamentais: assegurar a cobertura ordenada do território
concelhio por equipamentos sociais, de modo a corrigir as assimetrias ao nível da
distribuição espacial de respostas sociais a nível local; valorizar o papel das instituições
particulares de solidariedade social e outros agentes locais na promoção do
desenvolvimento social;
O Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, em vigor, na sua redação atual,
prevê no n.º 3 do seu artigo 69.º a possibilidade de atribuição de apoio não financeiro às
associações, designadamente, na cedência de equipamentos móveis, espaços físicos,
materiais diversos, mão-de-obra, meios técnicos, logísticos ou de divulgação por parte do
Município necessários ao desenvolvimento de projetos ou atividades de reconhecido
interesse municipal;
Nos termos das alíneas u) e v) do n.º 1, do art.º 33.º da do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de
12 de setembro, na sua redação atual, compete à Câmara Municipal deliberar sobre formas
de apoio a atividades de natureza diversa e que se revistam de interesse para o Município,
bem como prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade;
Nos termos do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 69.º do Código Regulamentar sobre Concessão
de Apoios, na sua redação atual, a Câmara Municipal pode deliberar sobre formas de



apoio às entidades e organismos que pretendam concretizar obras de construção,
conservação ou beneficiação de instalações, consideradas essenciais ao desenvolvimento
normal das suas atividades, ou para a aquisição de imóveis com esse fim, assim como, o
apoio na aquisição de equipamentos sociais, desportivos, recreativos, culturais ou outros
que sejam necessários ao desempenho das atividades e funções das entidades e
organismos, com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de
reconhecido interesse municipal;
A Associação para o Desenvolvimento Local Mais Vida, IPSS solicitou um apoio não
financeiro para a aquisição de projetos de especialidades mediante procedimento pré-
contratual adequado, atenta a ausência de recursos internos, para a construção de nova
resposta social Creche no antigo Edifício P3 de Gondifelos, no valor de cerca de
60.000,00€ (sessenta mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
Nos termos do exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere:
1. Atribuir um apoio não financeiro à Associação para o Desenvolvimento Local Mais
Vida, IPSS, pessoa coletiva nº 506 028 470, que se consubstancia em fornecer os serviços
de projeto de arquitetura e especialidades para a criação de nova resposta social de
Creche, no antigo Edifício P3 de Gondifelos, a contratar os serviços a empresa externa ao
Município até ao montante de 60.000,00 € (sessenta mil euros), acrescido de IVA à taxa
legal em vigor, a formalizar mediante a celebração de um contrato de cooperação, cuja
minuta se anexa e faz parte integrante desta proposta;
2. Aprovar a minuta do contrato de cooperação, anexos à presente proposta;
3. Conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar o citado
contrato de cooperação."
Informam os Servicos de Contabilidade:



"A verba em epígrafe tem cabimento orçamental a qual ficou cativa na 0102/04070101."	rubrica	
DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.		
-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM CATORZE DE OUTUBRO DE		
2021, A PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA.		
7 - REVISÃO DO VALOR DO APOIO DA CANDIDATURA DE LUCINDA DI	IAS DA	
CRUZ - PROGRAMA CASA FELIZ - APOIO À RENDA 2025.		
Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve:		
'Considerando que:		
A deliberação da Câmara Municipal, a 20 de fevereiro de 2025, aprovou a atribu	iição do	
apoio à renda à candidata Lucinda Dias Da Cruz que concorreu ao concurso – Pr	ograma	
Casa Feliz – Apoio à Renda 2025;		
A candidatura ao apoio foi avaliada, tendo sido atribuído o escalão B no valor de	95,00€;	
O agregado familiar da candidata sofreu uma alteração significativa, uma vez que	e deixou	
de fazer parte do mesmo, por falecimento, a sua irmã Fátima dos Anjos Dias d	la Cruz;	
Este agregado sofreu uma significativa redução dos rendimentos, cujo valor men	nsal per	
capita passou de 308.64€ para rendimento per capita negativo;		
Para a atribuição do presente apoio estão cumpridos os requisitos previstos nos	artigos	
184.º a 191.º do Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, na sua redaçã	ío atual;	
No art.º 186.º, na sua redação atual, o apoio à renda assume natureza pecuniária	ı, sendo	
variável o respetivo montante e possui caráter transitório;		



Nos termos da alínea v) do n.º 1, do art.º 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de
setembro, na sua redação atual, compete à Câmara Municipal prestar apoio a pessoas en
situação de vulnerabilidade, nas condições constantes de regulamento municipal;
Termos em que proponho que a Câmara Municipal delibere:
1. Fixar o escalão A no valor de 125,00€, até ao montante total de 375,00€ (trezentos e
setenta e cinco euros), à candidatura de Lucinda Dias Da Cruz, com efeitos a partir do
próximo mês de outubro de 2025
2. Pagar o previsto no n.º 1, de acordo com as disponibilidades financeiras do Município
e desde que se verifique a existência de fundos disponíveis."
Informam os Serviços de Contabilidade:
"Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 6483/2025
efetuado com base no cabimento nº 7468/2025."
DELIBERADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR
-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM CATORZE DE OUTUBRO DE
2021, A PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA
RECURSOS HUMANOS:
8 - RECRUTAMENTO DE 2 TÉCNICOS SUPERIORES, COM RECURSO A
RESERVA DE RECRUTAMENTO - PROCEDIMENTO CONCURSAL NA
CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR, ÁREA DE ECONOMIA E
CONTABILIDADE - TS/07/2023.
Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve:
"Considerando que:



Após análise aos serviços municipais, com o objetivo de determinar se os trabalhadores em exercício de funções são em número insuficiente, suficiente ou excessivo, concluiuse que o Município não dispõe de corpo técnico suficiente para prosseguir as suas atribuições e competências;___ Existe necessidade de o Município dispor de recursos humanos com competências específicas, nomeadamente na carreira e categoria de Técnico Superior, na área de Economia e Contabilidade, para dotar a Divisão de Habitação e Freguesias e o Serviço de Empreendedorismo de capacidade de garantir e dar cumprimento aos requisitos legais do serviço, para o desenvolvimento das atribuições, competências e atividades que constam do Mapa de Pessoal para o ano de 2025, de forma a dar resposta às solicitações a que os Serviços estão sujeitos, nomeadamente para controlo, monotorização e acompanhamento dos contratos de delegação de competências e dos contratos de cooperação celebrados entre o Município e as Freguesias, prestação de apoio às freguesias na área da contratação pública e financeira, elaboração de relatórios, prestação de apoio técnico e suporte à implementação de medidas de apoio a projetos de investimento submetidos no Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo; Estas necessidades revestem-se de carácter de permanência e ponderada a carência dos recursos humanos na área de atividade em causa, impera a imprescindibilidade de recrutamento para assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público municipal, ancorada no fundado interesse público; ___ Em face das necessidades de recursos humanos de caráter permanente acima enunciadas propõe-se, assim, a contratação de 2 (dois) trabalhadores com recurso à reserva de recrutamento, por questões de celeridade e economia processual; No âmbito do procedimento concursal autorizado por deliberação desta Câmara Municipal de 22 de junho de 2023, para a contratação de 1 posto de trabalho, na carreira



e categoria de Tecnico Superior, area de Economia e Contabilidade, Rei." 18/07/2023,
aberto através do Aviso (extrato) n.º 22714/2023, publicado no Diário da República, 2.ª
série, N.º 227, de 23 de novembro, após a Homologação da Lista Unitária de Ordenação
Final procedeu-se à contratação da candidata classificada em primeiro lugar, que aceitou
ocupar o lugar;
Nos termos dos números 5 e 6 do artigo 25.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro
(Portaria atualmente em vigor, que regulamenta a tramitação do procedimento concursal
de recrutamento) sempre que, em resultado de procedimento concursal comum,
publicitado por um órgão ou serviço, a lista de ordenação final, devidamente homologada,
contenha um número de candidatos aprovados superior aos dos postos de trabalho a
ocupar é constituída uma reserva de recrutamento interna, que é válida pelo período de
18 meses contados da data da homologação da lista unitária de ordenação final;
Existe necessidade de ocupação de posto de trabalho idêntico ao do posto de trabalho para
o qual foi aberto o procedimento concursal acima identificado, tendo a respetiva lista
unitária de ordenação final sido homologada em 28 de agosto de 2025, publicada pelo
Aviso n.º 22359/2025/2, no Diário da República, 2.ª série, N.º 173, de 9 de setembro de
2025;
De acordo com a lista unitária de ordenação final do referido procedimento concursal,
que se mantém válida na presente data, foram aprovados candidatos em número superior
ao dos postos de trabalho a ocupar e, nessa sequência, foi constituída uma reserva de
recrutamento interna;
Os postos de trabalho necessários na carreira e categoria de Técnico Superior, área de
Economia e Contabilidade, encontram-se previstos e não ocupados no mapa de pessoal
deste Município, aprovado para o ano de 2025, pertencente à carreira e categoria para o
qual existe reserva de recrutamento no âmbito do procedimento concursal referido, pelo

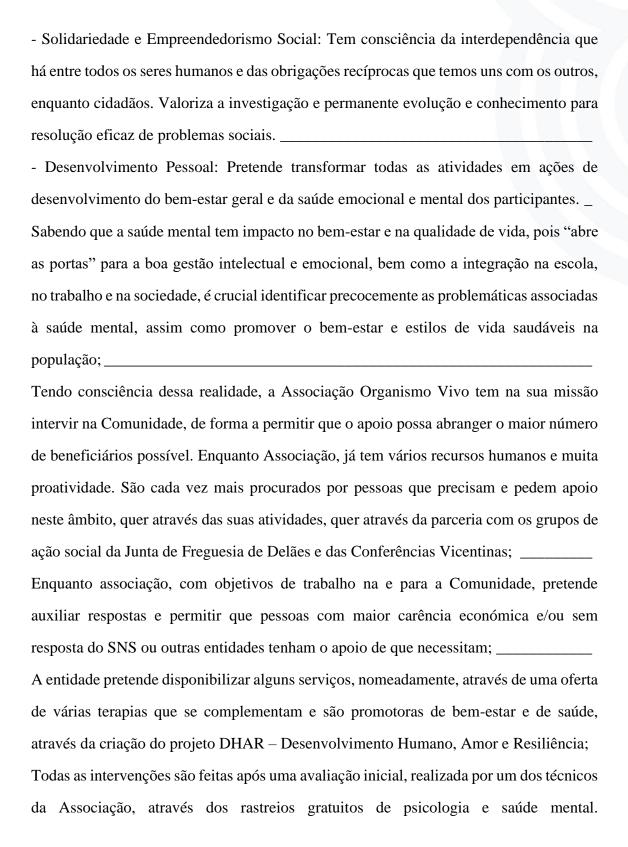


que será de todo conveniente efetuar a contratação dos Recursos Humanos Registo n.º
40828/2025 INT VM - DAG - Chefe Divisão R. Humanos trabalhadores com recurso à
reserva de recrutamento, por questões de celeridade e economia processual;
Os postos de trabalho e respetiva despesa, encontra-se prevista no Orçamento da Despesa
para 2025, nas rubricas 01.01.04.04 "Recrutamento de pessoal para novos postos de
trabalho"; 01.01.13 "Subsidio de refeição", "01.01.14 "Subsidio de férias e de natal" e
01030503 "Segurança Social";
O Município encontra-se em cumprimento com os deveres de informação previstos na
Lei n.º 104/2019, de 06 de setembro;
Pelo exposto, ao abrigo do disposto artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de
setembro, na sua redação atual, conjugado com os n.ºs 5 e 6 do artigo 25.º da Portaria
233/2022, de 9 de setembro, e ainda ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 30.º e no n.º
2 do artigo 37.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada, em
anexo, pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, proponho que a Câmara
Municipal delibere:
Autorizar o recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por
tempo indeterminado, de 2 (dois) trabalhadores/as, para exercer as funções na área de
atividade constante do mapa de pessoal para o ano de 2025, correspondente à carreira e
categoria de Técnico Superior, na área de Economia e Contabilidade, com recurso à
reserva de recrutamento interna, constante da Lista Unitária de Ordenação Final,
homologada por meu despacho de 28 de agosto de 2025, publicada pelo Aviso n.º
22359/2025/2, no Diário da República, 2.ª série, N.º 173, de 9 de setembro de 2025."
DELIREDADO DOD UNANIMIDADE APPOVAD



-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM CATORZE DE OUTUBRO DE
2021, A PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA.
SAÚDE:
9 - APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO ORGANISMO VIVO PARA C
DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES
Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve:
"Considerando que:
A Associação ORGANISMO VIVO é uma Associação sem fins lucrativos, fundada em
15 de janeiro de 2007, que tem a sua sede na Rua da Escola, nº 260, 4765-114 Delães. É
uma instituição privada, sem fins lucrativos, cuja missão se traduz na realização de
atividades de Desenvolvimento Integral do Ser Humano - Educação e Formação, Saúde
e Bem-estar, Ambiente e Natureza e Solidariedade Social - que contribuam para toda e
qualquer cidadania ativa, participativa e solidária;
Toda a atividade desenvolvida pela Associação Organismo Vivo é orientada para a
intervenção na vida da comunidade e alinhada pelos seguintes valores e princípios
humanistas:
- Liberdade e Abertura: É uma instituição aberta, com estreita ligação à comunidade cuja
adesão constitui um ato livre.
- Igualdade: Vê todos os cidadãos como iguais em direitos e deveres
- Dignidade e Respeito: Mantém uma linha de honestidade e ações baseadas na justiça e
nos direitos humanos. Responsabilidade - Defende uma responsabilidade social ativa e
um futuro sustentado. Sustentabilidade - Cria programação relevante para a comunidade
e para o meio amhiente







Posteriormente, é feito um plano de reabilitação com os objetivos de "recuperação" da pessoa, que poderá envolver diferentes áreas, como a Psicologia e as terapias complementares como o Reiki, Meditação, Mindfullness, Yoga, entre outros; O Município de Vila Nova de Famalicão mantém a melhoria das condições de vida das pessoas mais vulneráveis do concelho como um dos principais objetivos estratégicos, pelo que continua a implementar medidas de apoio social e intergeracional em parceria com instituições particulares de Saúde, Bem-Estar e Solidariedade Social; _____ As instituições sem fins lucrativos, em conjunto com o Município e as Juntas de Freguesias, têm um papel fundamental como primeira resposta à população local; De acordo com a alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual., compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva ou outra de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças, assim como participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições de particularidades sociais, nas condições constantes de regulamento municipal; ____ Constitui atribuição do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente no domínio da saúde, conforme o disposto no artigo 23.°, n.°s 1 e 2 da alínea g) do Anexo I à Lei n.° 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual; _ Considerando que é, ainda, atribuição do Município a celebração de parcerias estratégicas nos programas de prevenção da doença, com especial incidência na promoção de estilos de vida saudáveis e envelhecimento ativo, como previsto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 de agosto, que aprova o Estatuto do Serviço Nacional de Saúde;



A Câmara Municipal, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 69.º e nas
alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 73.º, ambos do Código Regulamentar sobre Concessão de
Apoios, na sua redação atual, pode deliberar sobre as formas de apoio financeiro à
atividade das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos
ou atividades de reconhecido interesse para o Município,
Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:
1- Conceder à Associação ORGANISMO VIVO, NIPC 508084121, o apoio financeiro
no valor de 6.500,00€ (seis mil e quinhentos euros), para comparticipação das despesas
da atividade corrente da instituição e respetivo plano de atividades em anexo, cujos
documentos ficam a fazer parte integrante da presente proposta;
2- Que o apoio financeiro acima proposto seja pago de acordo com as disponibilidades
financeiras do Município, desde que se verifique a existência de fundos e a formalização
do respetivo protocolo, cuja minuta se anexa e faz parte integrante desta proposta;
3- Aprovar a minuta do protocolo em anexo;
4- Conferir poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar o referido
protocolo com a associação atrás mencionada."
Informam os Serviços de Contabilidade:
"Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 6465/2025,
efetuados com base no cabimento nº 7449/2025."
DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR
-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM CATORZE DE OUTUBRO DE
2021, A PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA
PATRIMÓNIO:



10 - AUTORIZAÇÃO DE USO DE EDIFÍCIO ESCOLAR CEDIDO EM REGIME DE
CONTRATO DE COMODATO À EXTINTA FREGUESIA DE NOVAIS, ATUAL
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RUIVÃES E NOVAIS.
Do Senhor Vereador Ricardo Mendes cujo teor se transcreve:
"Considerando que, por contrato de comodato outorgado a 7 de maio de 2012, o
Município de Vila Nova de Famalicão, transmitiu à extinta Freguesia de Novais o uso e
fruição do edifício escolar denominado EB 1 de Novais
Considerando que a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Ruivães e Novais
necessita ceder o uso daquele espaço à Associação Clube de Petanca de Novais
Considerando que, de acordo com o disposto na alínea f) do artigo 1135º do Código Civil,
o regime do contrato de comodato proíbe o uso da coisa por parte de terceiro, salvo
quando o comodante o autoriza, a União das Freguesias de Ruivães e Novais veio solicitar
autorização para ceder o uso e fruição de uma das salas daquela escola pela instituição
acima referida
Considerando que, na Cláusula Sexta do contrato de comodato, as partes convencionaram
que a comodatária não pode ceder a posição contratual, quer a título oneroso, quer a título
gratuito, sem autorização prévia do Município de Vila Nova de Famalicão
Proponho que a Câmara Municipal delibere:
- Autorizar a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Ruivães e Novais a ceder a
utilização de uma das salas da escola denominada EB1 de Novais à Associação Clube de
Petanca de Novais, pelo prazo e de demais condições estabelecidas no contrato de
comodato celebrado em 7 de maio de 2012 com a extinta Freguesia de Novais."
DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.



CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM CATORZE DE OUTUBRO DE	
2021, A PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA.	
11 - ALIENAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 195,44M2,	
DESIGNADA POR LOTE 12, ABRANGIDA PELO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º	
47/2001, DA FREGUESIA DE LEMENHE, MOUQUIM E JESUFREI, DESTE	
CONCELHO.	
Do Senhor Vereador Ricardo Mendes cujo teor se transcreve:	
'Considerando que:	
A Câmara Municipal deliberou, na sua reunião de 24 de julho de 2025, autorizar a	
alienação, em hasta pública, dos lotes n.ºs 12, 13 e 14, abrangidos pela operação de	
loteamento n.º 47/2001, sitos no Lugar de Salgueiros, Travessa da Igreja, da União das	
Freguesias de Lemenhe, Mouquim e Jesufrei, deste concelho, descrito o lote n.º 12 sob o	
número 1019 – Mouquim e os lotes n.ºs 13 e 14 a desanexar da descrição número 1019 –	
Mouquim, e inscritos na matriz sob os artigos 1803, 1804 e 1805, respetivamente, pelo	
valor base de licitação de 15.077,00€ (lote n.º 12), de 22.377,00€ (lote n.º 13) e	
11.521,00€ (lote n.° 14);	
A hasta pública realizou-se no dia 28 de agosto de 2025, sendo que, destes lotes apenas	
foi vendido o lote n.º 13, tendo sido declarada deserta a praça para os lotes n.ºs 12 e 14,	
por não ter sido apresentada qualquer licitação, conforme consta da ata que se anexa;	
Sucede que, o interessado José Amadeu Ferreira Cardoso de Araújo, alegando motivos	
de saúde que o impediram de ter conhecimento da realização da hasta pública, veio	
reiterar o seu interesse na aquisição do lote n.º 12, demonstrado continuamente desde 24-	
05-2018, pelo valor base de licitação de 15 077 00€·	



Alega ainda que o referido lote, pela reduzida área e profundidade, não tem qualquer
interesse para ninguém, que não seja o aqui interessado, confrontante em toda a extensão
com o lote 12;
A alienação por ajuste direto pode ocorrer quando a hasta pública tenha ficado deserta,
de acordo com o disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 27.º do Regulamento sobre a
Disposição de Recursos. Nesta situação, atento o disposto no n.º 4 do artigo 27.º, o valor
da alineação não pode ser inferior a 75% do valor base de licitação. Nos termos do n.º 5
do mesmo preceito legal, o Município considera todas as propostas apresentadas no prazo
de um ano contado da realização da hasta pública, com a faculdade de, a qualquer
momento, dentro desse período, adjudicar à melhor proposta de entre as que tiverem sido
apresentadas.
A alienação por ajuste direto pode ainda ocorrer quando em razão da específica
localização do imóvel exista apenas um interessado na sua aquisição, de acordo com o
disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 27.º do Regulamento sobre a Disposição de
Recursos;
O interessado apresentou proposta de aquisição pelo mesmo valor que foi atribuído para
efeitos de licitação em hasta pública, sendo a melhor e única proposta apresentada até à
presente data;
Considerando ainda, que nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I à Lei
n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal tem competência para adquirir,
alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1.000 vezes a remuneração mensal mínima
garantida;
A Junta de Freguesia de Lemenhe, Mouquim e Jesufrei, através do seu Presidente, por
contacto telefónico estabelecido para o efeito, disse nada ter a opor à alienação.
Tenho a honra de propor:



1 - Que a Câmara Municipal delibere autorizar a alienação, por ajuste direto, da parcela
de terreno para construção com área de 195,44m2, designada por lote 12, abrangida pelo
Alvará de Loteamento n.º 47/2001, sita no Lugar de Salgueiros, Travessa da Igreja, da
União das Freguesias de Lemenhe, Mouquim e Jesufrei, deste concelho, descrita na
Conservatória do Assuntos Jurídicos Registo n.º 40984/2025 INT SL - DAJ - Jurídico
Registo Predial de Vila Nova de Famalicão sob o número 1019 – Mouquim e inscrita na
matriz sob o artigo 1803 urbano, pelo valor de 15.077,00€ (quinze mil e setenta e sete
euros), a José Amadeu Ferreira Cardoso de Araújo, na condição de uma eventual
construção no lote ter que respeitar as especificações do alvará de loteamento, podendo,
no entanto, o adquirente promover a alteração às suas especificações, cumpridos que
sejam os instrumentos de gestão e planeamento urbanístico, as normas legais e
regulamentares em vigor e aplicáveis.
2 - Conferir plenos poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para, em nome e
em representação do Município, outorgar e assinar a respetiva escritura de compra e
venda e demais atos legais que se revelem necessários."
DELIBERADO POR MAIORIA, APROVAR
-ABSTIVERAM-SE OS SENHORES VEREADORES ELEITOS PELO PARTIDO
SOCIALISTA
-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM CATORZE DE OUTUBRO DE
2021, A PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA
12 - AQUISIÇÃO DE PRÉDIO URBANO, COM A ÁREA DE 4.286,00M2, PARA
AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DO CAMPO DA FEIRA SEMANAL, NA
IINIÃO DAS EREGUESIAS DE ANTAS E ARADE DE VERMOIM



Do Senhor Vereador Ricardo Mendes cujo teor se transcreve:
"Considerando que:
Constituem atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios
das respetivas populações, em articulação com as Freguesias, designadamente no domínio
do ordenamento do território e urbanismo, nos termos do disposto no n.º 1 e na alínea n)
do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual
redação;
A Feira Semanal tem desempenhado um papel essencial na dinamização da economia
local, oferecendo um espaço de comércio, convívio e cultura para a população concelhia,
no entanto, o espaço atual revela-se insuficiente, comprometendo a organização, a
segurança e a atratividade do local;
A nordeste do Campo da Feira Semanal, existe um terreno de propriedade privada, que
está a ser usado pelos feirantes de produtos agrícolas, que têm vindo a queixar-se das
condições do piso, especialmente em dias de chuva, dificultando a montagem de bancas
e a circulação segura de feirantes, clientes e veículos para carga/descarga;
Face a esta situação, verifica-se a necessidade de se proceder à ampliação e requalificação
do recinto da feira semanal, que não apenas responde a necessidades imediatas de espaço
e segurança, como representa uma oportunidade estratégica de planeamento urbano com
impacto económico, social e ambiental positivo para o concelho;
Para concretizar tal projeto, foram encetadas negociações com os proprietários do prédio
contíguo, os quais após um período de negociação concordaram em vender o prédio
urbano, com a área de 4.286,00 m2, sito na Avenida Marechal Humberto Delgado, da
União das Freguesias de Antas e Abade de Vermoim, inscrito na matriz predial urbana
sob o artigo P2442 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de



Famalicão sob o número 2164 – Antas, pelo preço de 749.950,00€ (setecentos e quarenta
e nove e nove mil e novecentos e cinquenta euros);
O preço acordado (749.950,00€) considera-se adequado, atenta a avaliação realizada por
perito externo, conforme Relatório de Avaliação datado de 15 de maio de 2025, que se
anexa cópia;
O valor desta aquisição é razoável e equitativo, mostrando-se ajustado, ponderado o
interesse público e a relação custo/ benefício para o interesse municipal, sendo aquela
parcela de terreno adequada e necessária para o projeto pretendido, atenta a sua
localização, sendo por isso imprescindível a sua aquisição;
Nos termos da alínea g) do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de
setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal tem competência para adquirir
alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1.000 vezes a remuneração mensal mínima
garantida
Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:
1 - Autorizar a aquisição do prédio urbano com a área de 4.286,00m2, melhor identificado
na planta anexa, que faz parte integrante da presente proposta, inscrito na matriz predial
urbana sob o artigo P 2442, da União das Freguesias de Antas e Abade de Vermoim
descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Famalicão sob o número
2164 – Antas, sito na Avenida Marechal Humberto Delgado, da União das Freguesias de
Antas e Abade de Vermoim, propriedade da Herança indivisa aberta por óbito de Jorge
António Oliveira da Silva, destinado à ampliação e requalificação do Campo da Feira
Semanal, pelo preço de 749.950,00€ (setecentos e quarenta e nove mil e novecentos e
cinquenta euros)



2021, A PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA.
-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM CATORZE DE OUTUBRO DE
SOCIALISTA.
-ABSTIVERAM-SE OS SENHORES VEREADORES ELEITOS PELO PARTIDO
DELIBERADO POR MAIORIA, APROVAR
6468/2025, efetuado com base no cabimento nº 7454/2025."
2401/070101 e os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso no
"A verba em epígrafe tem cabimento orçamental a qual ficou cativa na rubrica
Informam os Serviços de Contabilidade:
praticar todos os atos legalmente devidos à boa execução da presente deliberação."
a escritura pública ou documento particular autenticado de compra e venda, e ainda a
representação do Município, outorgar e assinar o contrato promessa de compra e venda,
3 - Conferir poderes ao Presidente da Câmara Municipal para, em nome e em
compra e venda, e que deverá ser realizada até ao final de janeiro de 2027.
euros), será paga na outorga da escritura pública ou documento particular autenticado de
prestação, no valor de 199.950,00€ (cento e noventa e nove mil e novecentos e cinquenta
(duzentos mil euros) a ser paga até ao final de janeiro de 2026; a terceira e última
compra e venda; a segunda prestação, a título de reforço de sinal no valor de 200.000,00€
(trezentos e cinquenta mil euros), será paga na data da outorga do contrato promessa de
2.1 - A primeira prestação, a título de sinal e início de pagamento, no valor de 350.000,00€
seguinte forma:
e novecentos e cinquenta euros) seja efetuado em três prestações anuais e sucessivas, da
2 - O pagamento da sobredita quantia de 749.950,00€ (setecentos e quarenta e nove mil



13 - CEDÊNCIA DE PARCELA DE TERRENO PARA ALARGAMENTO DA RUA
DONA LAURA CRUZ, NA FREGUESIA DE LEMENHE, MOUQUIM E JESUFREI -
AUTORIZAÇÃO DE DESANEXAÇÃO
Do Senhor Vereador Ricardo Mendes cujo teor se transcreve:
"Considerando que:
Constituem atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios
das respetivas populações em articulação com as Freguesias, designadamente no domínio
do ordenamento do território e urbanismo, nos termos do disposto no n.º 1 e na alínea n).
do n.º 2, do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual
redação;
O Município pretende proceder ao alargamento da Rua da Rua Dona Laura Cruz (EM571)
porque a mesma apresenta um percurso transversal irregular e de largura reduzida no
ponto confinante com o prédio de um particular, dificultando a que a circulação rodoviária
se faça com a segurança e fluidez necessária;
O alargamento desta infraestrutura viária afigura-se como indispensável ac
desenvolvimento do local, permitindo um melhor acesso rodoviário à Freguesia, dando
uma resposta mais adequada às necessidades de circulação automóvel e pedonal que o
local impõe;
Para concretizar tal projeto, foi contactado o proprietário do prédio confinante, o qual
concordou em ceder a parcela de terreno com a área de 55,70 m2, para alargamento da
Rua da Rua Dona Laura Cruz, nas condições que constam da minuta do Contrato de
Cedência que se anexa à presente proposta e aqui se dão como integralmente
reproduzidas;



A aceitação da cedência nos termos propostos encontra-se justificada pelos fins de
interesse público que o alargamento da Rua Dona Laura Cruz - Lemenhe serve e o
benefício para a população que utiliza aquela via
Tenho a honra de propor:
1 - Que a Câmara Municipal delibere autorizar a desanexação de uma parcela terreno com
a área de 55,70m ^{2,} a desanexar do prédio inscrito na matriz urbana sob o artigo 428 e
descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Famalicão sob o número
1095 - Lemenhe, melhor identificada na planta anexa, a qual faz parte integrante da
presente proposta, propriedade de Miguel de Jesus Carvalho de Faria e mulher Maria
Helena Carvalho da Silva Ferreira Faria.
2 - Mais delibere aceitar a cedência da parcela de terreno identificada em 1, destinada a
alargamento de infraestrutura viária, e aprovar a minuta do contrato de cedência, em
anexo à presente proposta e que dela faz parte integrante, cujo teor se dá aqui por
integralmente reproduzido.
3 - Que delibere ainda conceder os necessários poderes ao Senhor Presidente da Câmara
Municipal para outorgar o referido contrato."
DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR
-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM CATORZE DE OUTUBRO DE
2021, A PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA
14 - PERMUTA DE PRÉDIOS, SITOS NA FREGUESIA DE LANDIM
Do Senhor Vereador Ricardo Mendes cujo teor se transcreve:
"Considerando que:



Constituem atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias, designadamente no domínio do ordenamento do território e urbanismo, nos termos do disposto no n.º 1 e na alínea n) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação; De acordo com o disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I à citada Lei n.º 75/2013, "compete à câmara municipal adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG"; A Câmara Municipal, desenvolveu o projeto para implantação de uma Rotunda junto à saída do nó da A7 para a Avenida da Liberdade, na Freguesia de Seide, prevendo-se a utilização de terrenos que não integram o domínio privado municipal. Um dos terrenos necessários para a execução da obra situa-se na Rua do Pouco Siso, Landim, e é propriedade da Freguesia de Landim. Foram encetadas negociações entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Landim, tendo em vista a obtenção de um acordo para a aquisição da área necessária à execução da referida rotunda. No seguimento das diligências realizadas, a Junta de Freguesia de Landim concorda em ceder o prédio com a área de 845,00 m², sito na Rua do Pouco Siso, descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Famalição sob o número 1611 - Landim, inscrito no artigo 1984 urbano, destinado à implantação da rotunda, mediante permuta, pelo prédio urbano propriedade do Município, com a área de 730,00m2, sito na Avenida da Vistoria, da Freguesia de Landim, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 1545 - Landim e inscrito na matriz rústica sob o artigo 147; ______ O Município não tem interesse em manter no seu domínio privado o referido prédio, não estando a fazer qualquer utilização do mesmo e nem projetado qualquer intervenção em tal espaço;



A implantação da rotunda é de primordial importância para a freguesia e para a população
e o terreno que se pretende adquirir é a melhor solução para concretizar tal implantação,
cujo projeto na sua execução observará o cumprimento do legalmente previsto nesta
matéria.
Os prédios supra identificados foram objeto de avaliações, que se anexam, de acordo com
as quais ao prédio urbano descrito sob o número 1611 - Landim é atribuído o valor de
42.481,53€ (quarenta e dois mil quatrocentos e oitenta e um euros e cinquenta e três
cêntimos) e ao prédio urbano descrito sob o número 1545 - Landim o valor de 42.234,15€
(quarenta e dois mil duzentos e trinta e quatro euros e quinze cêntimos); embora exista
uma diferença de valores, no montante de 247,38€ a favor da Freguesia de Landim,
considerando o montante em causa, a Freguesia prescinde de receber tal diferença
Tenho a honra de propor que:
1 - Que a Câmara Municipal delibere autorizar a aquisição do prédio com a área de
845,00m2, sito na Rua do Pouco Siso, da Freguesia de Landim, descrito na Conservatória
do Registo Predial de Vila Nova de Famalicão sob o número 1611 - Landim, inscrito do
artigo 1984 urbano, propriedade da Freguesia de Landim, NIPC 506 946 215, que será
destinado a integrar o domínio público municipal rodoviário(rotunda), pelo prédio urbano
propriedade do Município, com a área de 730,00m2, sito na Avenida da Vistoria, da
Freguesia de Landim, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 1545 -
Landim e inscrito na matriz rústica sob o artigo 147.
2 - Conferir poderes ao Presidente da Câmara Municipal para, em nome e em
representação do Município, outorgar e assinar a respetiva escritura de permuta, bem
como para praticar todos os atos legalmente devidos à boa execução da presente
deliberação."



DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR
-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM CATORZE DE OUTUBRO DE
2021, A PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA.
PROTEÇÃO CIVIL:
15 - APOIO AO BOMBEIRO VOLUNTÁRIO - REEMBOLSO DO DIFERENCIAL DO
IMI
Do Senhor Vereador Ricardo Mendes cujo teor se transcreve:
"Considerando que:
Nos termos da alínea g), n.º 1 do art.º 141.º do Código Regulamentar sobre a Concessão
de Apoios, na sua redação atual, a Câmara Municipal, verificados que sejam os requisitos
exigidos aos elementos pertencentes aos corpos de Bombeiros Voluntários do concelho e
também dos núcleos da Cruz Vermelha, poderá, ante requerimento, deliberar sobre uma
das medidas previstas em matéria de apoio aos soldados da paz;
Os bombeiros têm direito ao reembolso do diferencial entre a taxa mínima de IMI
legalmente fixada e a taxa deliberada pelos órgãos autárquicos para o mesmo tributo
referente a imóvel adquirido para habitação própria e permanente, cujo valor patrimonial
tributário não exceda os 250.000,00€ (duzentos e cinquenta mil euros) e demais condições
fixadas no regulamento mencionado;
Analisado pelos serviços do Município, os pedidos apresentados pelos requerentes e
verificado que estão preenchidos todos os pressupostos da atribuição do apoio financeiro,
procedeu-se ao cálculo do apoio devido nos termos regulamentares.
Face ao exposto, propõe-se que esta Câmara Municipal delibere:
1 - Atribuir, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g), n.º 1 do art.º 141.º do
Código Regulamentar sobre a Concessão de Apoios, na sua redação atual, conjugada com



o disposto nas alíneas v), do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de
setembro, na sua redação atual, um apoio aos bombeiros voluntários abaixo
discriminados:
- António Manuel Costa Leite, no valor de 12,50€;
- Rui Benjamim Dantas Esteves Santos, no valor de 18,45€
2 - Pagar o apoio financeiro ora atribuído, de acordo com as disponibilidades financeiras
do Município, e desde que se verifique a existência de fundos disponíveis."
Informam os Serviços de Contabilidade:
"Os fundos disponíveis são suficientes para assunção dos compromissos nºs 6479 e
6480/2025, efetuados com base nos cabimentos nºs 7465 e 7466/2025."
DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR -CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM CATORZE DE OUTUBRO DE
-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM CATORZE DE OUTUBRO DE 2021, A PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA.
-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM CATORZE DE OUTUBRO DE
-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM CATORZE DE OUTUBRO DE 2021, A PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA.
-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM CATORZE DE OUTUBRO DE 2021, A PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA. EDUCAÇÃO E CIÊNCIA:
-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM CATORZE DE OUTUBRO DE 2021, A PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA
-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM CATORZE DE OUTUBRO DE 2021, A PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA
-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM CATORZE DE OUTUBRO DE 2021, A PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA
-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM CATORZE DE OUTUBRO DE 2021, A PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA. EDUCAÇÃO E CIÊNCIA: 16 - ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS D. MARIA II, PADRE BENJAMIM SALGADO E TERRAS DO AVE (1.º PERÍODO, DO ANO LETIVO 2025/2026). Do Senhor Vereador Augusto Lima cujo teor se transcreve:
-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM CATORZE DE OUTUBRO DE 2021, A PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA. EDUCAÇÃO E CIÊNCIA: 16 - ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS D. MARIA II, PADRE BENJAMIM SALGADO E TERRAS DO AVE (1.º PERÍODO, DO ANO LETIVO 2025/2026). Do Senhor Vereador Augusto Lima cujo teor se transcreve: "No seguimento da deliberação da Câmara Municipal, de 24 de abril de 2025, fo



enriquecimento curricular nestes Agrupamentos de Escolas, conforme vontade expressa
pelos seus órgãos de gestão e da comunidade educativa.
Para este 1.º período, do presente ano letivo, 2025/2026, e conforme mapa em anexo,
estão considerados a totalidade dos alunos inscritos em cada estabelecimento de ensino,
sendo que a verba a ser transferida para cada entidade resultará do apuramento dos alunos
inscritos nas atividades de enriquecimento curricular no final do mês de setembro de
2025
Assim sendo, pelo exposto, conforme estipulado na Cláusula 3.ª dos Protocolos de
Colaboração e Acordos de Parceria, proponho que a Câmara Municipal delibere:
1. Transferir para as entidades parceiras, de acordo com a tabela anexa à presente
Proposta, até ao montante de 95.430,00 EUR (Noventa e cinco mil quatrocentos e trinta
Euros), relativo ao 1.º período, do ano letivo 2025/2026, para o desenvolvimento das
atividades de enriquecimento curricular nos Agrupamentos de Escolas D. Maria II, Padre
Benjamim Salgado e Terras do Ave (EB de Castelões)
2. Aprovar as minutas de protocolo, anexas à presente Proposta
3. Conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para, em nome do
Município, outorgar os referidos protocolos.
4. Pagar o previsto no n.º 1, de acordo com as disponibilidades financeiras do Município
e desde que se verifique a existência de fundos disponíveis."
Informam os Serviços de Contabilidade:
"Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 6489/2025,
efetuado com base no cabimento nº 7471/2025."
efetuado com base no cabimento nº 7471/2025." DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.



CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM CATORZE DE OUTUBRO DI	
2021, A PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA	
17 - TRANSFERÊNCIA DE VERBAS AGRUPAMENTO DE ESCOLAS - 4.º	
TRIMESTRE DE 2025.	
Do Senhor Vereador Augusto Lima cujo teor se transcreve:	
"No seguimento do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências,	
celebrado entre o Município e os Agrupamentos de Escolas, a 13 de julho de 2023, de	
acordo com as deliberações da Câmara e Assembleia Municipal, de 1 de junho de 2023 e	
29 de junho de 2023 respetivamente, com vigência para os anos letivos e escolares	
2023/2024, 2024/2025 e 2025/2026, é necessário proceder à transferência de verbas para	
o 4.º trimestre de 2025, para os blocos de funcionamento e conservação e manutenção	
dos edifícios, apoios educativos e ação social escolar.	
Assim, pelo exposto, de acordo com o n.º 1, da Cláusula 14.ª, do Contrato	
Interadministrativo de Delegação de Competências, e ao abrigo da alínea u), do n.º 1, do	
artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e	
alínea a), do n.º 2, do artigo 69.º, do Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios,	
em vigor neste Município, proponho que a Câmara Municipal delibere:	
1. Transferir para os Agrupamentos de Escolas, de acordo com o Anexo I, as verbas até	
ao montante global de 359.303,32 EUR, repartidas da seguinte forma:	
a) 247.803,32 EUR, de acordo com o Anexo I, Quadro 1, para despesas de	
funcionamento, equipamentos básicos, material didático, conservação e manutenção dos	
edifícios e apoios educativos, referente ao 4.º trimestre de 2025;	
b) 111.500,00 EUR, de acordo com o Anexo I, Quadro 2, para a ação social escolar,	
referente 20 4 º trimestre de 2025:	



2. Conceder poderes ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para, em nome do Município,
outorgar os referidos protocolos
3. Pagar o previsto no número 1, de acordo com as disponibilidades financeiras do
Município e desde que se verifique a existência de fundos disponíveis."
Informam os Serviços de Contabilidade:
"Os fundos disponíveis são suficientes para assunção dos compromissos nºs 6478, 6472,
6473, 6474, 6475, 6476 e 6477/2025, efetuados com base nos cabimentos nºs 7464, 7458,
7459, 7460, 7461, 7462 e 7463/2025."
DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR
-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM CATORZE DE OUTUBRO DE
2021, A PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA.
18 - APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DE PROPOSTAS E DA
MINUTA DO CONTRATO E ADJUDICAÇÃO REFERENTE AO CONCURSO
PÚBLICO 2025DBS0027DBA - ARRENDAMENTO/CONCESSÃO DE
EXPLORAÇÃO DE ESTABELECIMENTO DE SNACK-BAR DA BIBLIOTECA
MUNICIPAL CAMILO CASTELO BRANCO.
Do Senhor Vereador Augusto Lima cujo teor se transcreve:
"Em 29 de maio de 2025 a Câmara Municipal deliberou autorizar a abertura de
procedimento de concurso público, com vista à contratação do Arrendamento/Concessão
de exploração de estabelecimento de de snack-bar da Biblioteca Municipal Camilo
Castelo Branco.
Tendo sido elaborado o relatório final de análise de propostas e a minuta do contrato
referente ao Concurso Público "2025DBS0027DBA - Arrendamento/Concessão de



exploração de estabelecimento de snack-bar da Biblioteca Municipal Camilo Castelo
Branco", de acordo com os artigos al. f) do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º
75/2013, de 12 de setembro e na alínea al. a) do n.º 1 do art.º 21.º do Código dos Contratos
Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual,
aplicável por força do disposto no artigo 126.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de
agosto, na sua redação atual, faz-se as suas apresentações em anexo.
Neste contexto, propõe-se que a Câmara Municipal, delibere:
1. Aprovar o relatório final de análise das propostas, do Concurso Público
2025DBS0027DBA - Arrendamento/Concessão de exploração de estabelecimento de
snack-bar da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco que se anexa e fica a fazer
parte integrante da presente proposta
2. A consequente adjudicação do arrendamento/concessão de exploração de
estabelecimento de de snack-bar da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, ao
abrigo do disposto na al. f) do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de
setembro e na alínea al. a) do n.º 1 do art.º 21.º do Código dos Contratos Públicos,
aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, aplicável
por força do disposto no artigo 126.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, na sua
redação atual, a Consulting Group, Lda. (NIF 510396429), prazo inicial de 10 (dez) anos,
a contar da data de início da exploração do estabelecimento, com a possibilidade de
renovação pelo período de 5 (cinco) anos, até ao montante global de 63.180,00 euros
(sessenta e três mil, cento e oitenta euros), através do pagamento de uma renda mensal de
351,00 euros
3. Notificar o adjudicatário para apresentar na plataforma eletrónica de compras do
município, no prazo de 5 dias, a contar da receção da notificação de adjudicação, os
seguintes documentos de habilitação:



a. Ficha de identificação do concorrente, conforme Anexo V do Programa do
Procedimento;
b. Declaração conforme modelo constante do Anexo II do Programa do Procedimento;
c. Certidão comprovativa da situação tributária regularizada perante o Estado -
Autoridade Tributária, ou autorização para consulta;
d. Certidão comprovativa da situação contributiva regularizada perante a Segurança
Social, ou autorização para consulta;
e. Certificado do registo criminal da entidade, nos termos do estabelecido nas alíneas b)
e i) do artigo 55.º do CCP, aplicável por força do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo
81.º do referido código;
f. Código de acesso ao Registo Central do Beneficiário Efetivo, se aplicável.
4. Aprovar a minuta do contrato, em anexo, tendo por gestor do contrato a Dr.ª Carla
Araújo - Chefe de Divisão de Bibliotecas e Arquivos.
5. Remeter a presente proposta à Assembleia Municipal, para autorização da celebração
do contrato e aprovação das condições gerais, ao abrigo da al. p) do n.º 1 do art. 25.º do
Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro."
DELIBERADO POR MAIORIA, APROVAR
-ABSTIVERAM-SE OS SENHORES VEREADORES ELEITOS PELO PARTIDO
SOCIALISTA
-SUBMETÊ-LA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA OS EFEITOS
MENCIONADOS NA PROPOSTA.
-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM CATORZE DE OUTUBRO DE
2021, A PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA.
,



ECONOMIA E EMPREENDEDORISMO:

19 - DESPACHOS PROFERIDOS NO ÂMBITO DA GESTÃO DE PROJETOS DE
INVESTIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL (PROJETOS MADE 2IN) ENTRE 01
DE JANEIRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024.
Do Senhor Vereador Augusto Lima cujo teor se transcreve:
"Em cumprimento do disposto no artigo 28.º do Regulamento de Projetos de Investimento
de Interesse Municipal (Projetos Made 2IN) - Edital n.º 329/2024, publicado na 2.ª Série
do Diário da República, n.º 48, de 7 de março de 2024, atualmente em vigor, procede-se,
através do presente relatório, à avaliação anual dos indicadores de resultado do referido
diploma, para deliberação pela Câmara Municipal.
Nestes termos, informa-se o executivo municipal que, entre 1 de janeiro de 2024 e 31 de
dezembro de 2024, deram entrada nestes serviços, ao abrigo das competências próprias e
delegadas, um total de 6 candidaturas a Projetos Made 2IN.
Das candidaturas apresentadas, foi deliberado e aprovado 1 Projeto de Investimento de
Interesse Municipal (Projeto Made 2IN), em Reunião de Câmara de 22 de fevereiro de
2024, ainda ao abrigo da 2.ª versão do Regulamento de Projetos de Investimento de
Interesse Municipal, em vigor de 10 de abril de 2019 a 7 de março de 2024. O projeto
aprovado, apresentado pelo promotor Jorge Filipe Ferreira, Unipessoal Lda. (NIF
510195776), corresponde a um investimento de 510.000,00€, prevendo a criação de 9
novos postos de trabalho, e beneficiou de uma redução nas taxas de licenciamento de
operações urbanísticas no montante estimado de 6.978,31€, conforme documento anexo
(Tabela I - Projetos 2IN - Projetos de Investimento de Interesse Municipal aprovados pelo
Município entre 01/01/2024 e 31/12/2024).
Mais se informa que, no período em análise, se encontram pendentes 2 candidaturas a
Projetos Made 2IN, aguardando a submissão do projeto de licenciamento junto da Câmara



Municipal. Estas representam um investimento global de 8.756.706,70€ e a criação de 16
novos postos de trabalho. Assinalam-se ainda 3 candidaturas não concretizadas por
desistência, que totalizariam um investimento de 19.712.500,00€ e a criação de 68 novos
postos de trabalho
Desde a entrada em vigor do Regulamento de Projetos de Investimento de Interesse
Municipal (Projetos 2IN), em 2014, considerando todas as versões do diploma, foram
aprovados 78 projetos empresariais de interesse municipal, representando um
investimento global de 297.625.863,36€, associado à criação de 1.562 postos de trabalho.
As empresas proponentes foram contempladas com incentivos ao investimento num
montante global de 3.160.813,12 €, conforme documento anexo (Tabela II - Projetos 2IN
- Projetos de Investimento de Interesse Municipal aprovados pelo Município entre
outubro de 2014 e 31/12/2024).
Dos 78 projetos empresariais aprovados, 11 não foram concretizados, sendo 7 por
desistência, 2 sem atribuição de benefícios, 1 por falta de investimento e 1 por
incumprimento do objeto candidatado e contratado, num montante global de investimento
de 13.017.542,50€ e 68 postos de trabalho. Os benefícios fiscais e administrativos
associados a estes projetos ascenderiam a 126.457,65€, conforme documento anexo
(Tabela III - Projetos 2IN - Projetos de Investimento de Interesse Municipal não
concretizados entre outubro de 2014 e 31/12/2024).
Este instrumento de captação de investimento tem revelado uma ampla aceitação por
parte do tecido empresarial local, traduzindo-se num impacto significativo no
desenvolvimento económico e social do concelho."
A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO DA PRESENTE
INFORMAÇÃO EM 25 DE SETEMBRO DE 2025.



20 - PARTICIPAÇÃO DA EQUIPA S-ENERGY, DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PADRE BENJAMIM SALGADO, NA FINAL MUNDIAL DO F1 IN SCHOOLS (STEM RACING), EM SINGAPURA - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO. Do Senhor Vereador Augusto Lima cujo teor se transcreve: "Considerando que:_ Um dos projetos internacionais que desperta maior interesse junto dos alunos é o F1 in Schools. Trata-se de um desafio multidisciplinar que envolve estudantes dos 9 aos 19 anos, os quais recorrem a software CAD/CAM para colaborarem na conceção, análise, construção, teste e, posteriormente, corrida de miniaturas de automóveis de Fórmula 1, fabricados em madeira balsa e propulsionados a ar. Atualmente presente em quarenta países, abrangendo mais de um milhão de alunos e vinte mil escolas, este desafio promove a aplicação prática de conhecimentos e competências em áreas como física, aerodinâmica, design, construção, desenvolvimento de marcas, grafismo, patrocínios, marketing, trabalho em equipa, liderança, comunicação e estratégia financeira, num ambiente competitivo, criativo e altamente motivador. As eliminatórias decorrem inicialmente ao nível das escolas, passando depois pelas fases regional, nacional e internacional. A final mundial tem lugar habitualmente em paralelo com a realização de um Grande Prémio de Fórmula 1, proporcionando aos estudantes contacto direto com as verdadeiras equipas da competição. As escolas de Vila Nova de Famalicão têm marcado presença assídua e destacada neste concurso, alcançando excelentes resultados a nível local, regional e nacional. Na edição de 2025, a equipa SEnergy, do Agrupamento de Escolas Padre Benjamim Salgado, será



a representante nacional na final mundial, a realizar em Singapura, de 27 de setembro a 2
de outubro de 2025.
O empreendedorismo na educação é fundamental para preparar os alunos para um
mercado de trabalho em constante mudança, desenvolvendo competências como
criatividade, inovação e resolução de problemas
Considerando ainda que:
A participação na final mundial exige uma logística complexa e implica despesas
significativas, e reconhecendo o contributo desta iniciativa para a promoção de uma
cultura de inovação, criatividade e empreendedorismo.
Pelo exposto, ao abrigo da alínea u) disposto do n.º 1, do artigo 33.º, do anexo 1 da Lei
n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e da alínea a) do n.º 2 do artigo 69.º,
do Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios em vigor neste Município,
proponho que a Câmara Municipal delibere:
1 - Atribuir ao Agrupamento de Escolas Padre Benjamim Salgado, NIPC 600 085 554,
um apoio financeiro no montante de 3.500,00 € (três mil e quinhentos euros), destinado
a comparticipar as despesas de participação da equipa S-Energy na final mundial do F1
in Schools (STEM Racing), que decorrerá entre 27 de setembro e 2 de outubro de 2025,
em Singapura, representando Portugal;
2 - Aprovar a minuta de Protocolo anexa à presente Proposta;
3 - Conceder poderes ao Presidente da Câmara Municipal para, em nome do Município
outorgar o referido Protocolo;
4 - Pagar o previsto no nº 1, de acordo com as disponibilidades financeiras do Município
e desde que se verifique a existência de fundos disponíveis."
Informam os Serviços de Contabilidade:



'Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 6481/202	
efetuado com base no cabimento nº 7467/2025."	
DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR	
-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM CATORZE DE OUTUBRO	
2021, A PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA.	
	Ī.,
21 - APROVAÇÃO DE PROJETO E RESPETIVO APOIO FINANCEIRO A	O
INVESTIMENTO NO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, N	О
ÂMBITO DO REGULAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTO D	E
INTERESSE MUNICIPAL, DESIGNADO PROJETOS MADE 2IN.	_
Do Senhor Vereador Augusto Lima cujo teor se transcreve:	_
"Por deliberação de 22 de fevereiro de 2019, a Assembleia Municipal aprovou	o
Regulamento de Projetos de Investimento de Interesse Municipal, designado por Projeto	S
Made 2IN, ficando aí estabelecidas as regras e as condições que regem a classificação d	le
iniciativas de investimento em Projetos Made 2IN e a concessão de apoio ao investiment	ίO
no concelho de Vila Nova de Famalicão.	_
O Regulamento dos Projetos de Investimento de Interesse Municipal foi publicado na 2	a
série do Diário da República em 07 de março de 2024 e entrou em vigor a 08 de març	Ю
de 2024	_
Ao abrigo desse Regulamento, a empresa Trivialtex - Fibras Sintéticas, Unipessoal Ld	a,
Pessoa Coletiva número 513284923, com sede na Rua da Estrada Nacional 204-5, n	۰.
258, na União de Freguesias de Avidos e Lagoa, do concelho de Vila Nova de Famalicão	Э,
solicitou apoio financeiro e técnico para a realização de um investimento, através d	la
aquisição de dois edifício, localizado na Rua da Estrada Nacional 204-5, n.º 258, na Uniã	ίο



de Freguesias de Avidos e Lagoa, do concelho de Vila Nova de Famalicão, no montante
de 3.050.000,00€ (três milhões e cinquenta mil euros), com a criação de 2 postos de
trabalho
Os serviços da Divisão Municipal de Planeamento Estratégico, Economia e
Internacionalização analisaram previamente o pedido e emitiram um parecer técnico
favorável, que se anexa e faz parte integrante desta proposta.
Considerando o disposto nos artigos 15.º e 16.º do Regulamento de Projetos de
Investimento de Interesse Municipal.
Proponho que a Câmara Municipal delibere:
1 - Aprovar a concessão de apoio financeiro ao investimento a realizar pela empresa
Trivialtex - Fibras Sintéticas, Unipessoal Lda, Pessoa Coletiva número 513284923, com
sede na Rua da Estrada Nacional 204-5, n.º 258, na União de Freguesias de Avidos e
Lagoa, do concelho de Vila Nova de Famalicão, com a criação de 2 postos de trabalho e
num investimento no montante de 53.050.000,00€ (três milhões e cinquenta mil euros),
nos seguintes termos:
a) Sem prejuízo do disposto sobre os auxílios de minimis, redução até 40,88% do Imposto
Municipal sobre Imóveis (IMI) para um período de 5 anos, cuja estimativa calculada é de
9.508,65 euros;
b) Sem prejuízo do disposto sobre os auxílios de minimis, redução até 40,88% do Imposto
Municipal sobre Transações (IMT), cuja estimativa da respetiva despesa fiscal é de
67.452,00 euros;
c) Apoio procedimental traduzido no acompanhamento por um gestor de projeto 2IN do
processo de licenciamento e outros a decorrer na Câmara Municipal.
2 - Aprovar a minuta de Contrato de Concessão de Apoio ao Investimento que se anexa
e faz parte integrante desta proposta.



3 - Conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar respetivo contrato."		
DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR -CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM CATORZE DE OUTUBRO DE 2021, A PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA		
MANUTENÇÃO DO ESPAÇO E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS:		
22 - RATIFICAÇÃO DO CONTRATO DE COMODATO CELEBRADO COM A		
MUNDOS DE VIDA - ASSOCIAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO E SOLIDARIEDADE,		
NO ÂMBITO DA EMPREITADA DE AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA		
UNIDADE DE CUIDADOS DE SAÚDE PERSONALIZADOS DE LOUSADO		
Do Senhor Vereador Augusto Lima cujo teor se transcreve:		
"Considerando que;		
No âmbito do contrato programa celebrado entre o Município de Vila Nova de Famalicão		
e a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., foi identificada a necessidade de		
requalificação da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) de Lousado;		
A intervenção em causa consiste na ampliação e requalificação do espaço, incluindo		
trabalhos de construção civil e instalações técnicas, designadamente execução de betão		
armado, alvenarias, redes de água, esgotos e pluviais, redes elétrica, SCIE, ITED, SACE,		
AVAC e intrusão, instalação de painéis solares, carpintarias, serralharias,		
impermeabilizações, revestimentos interiores e exteriores e arranjos exteriores;		
O Município não dispõe de recursos próprios para a execução dos trabalhos, pelo que foi		
promovido um concurso público, com a referência interna "2025BEP0020DEQ		
Ampliação e requalificação da UCSP Lousado", tendo a empreitada sido adjudicada à		



empresa Construções Camposinhos Ferreira, LDA, (NIPC 501453962), pelo valor de
748.096,04 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor;
A empreitada é cofinanciada no âmbito do programa Norte 2030, impondo-se o
cumprimento rigoroso das metas físicas e financeiras estabelecidas, sendo a primeira
delas a apresentação de 30% dos trabalhos executados e pagos até ao dia 30 de setembro
de 2025;
O auto de consignação da obra foi assinado no dia 15 de setembro de 2025, exigindo o
início imediato da intervenção e, consequentemente, a libertação e desocupação dos
espaços da atual unidade de saúde;
Tornou-se, por isso, necessário assegurar uma solução temporária e urgente para a
continuidade da prestação de cuidados de saúde à população, tendo sido acordado com a
entidade Mundos de Vida - Associação para a Educação e Solidariedade (NIPC
501453962), a cedência gratuita de uso, por via de contrato de comodato, de parte do
terreno sito na Rua do Bairro, freguesia de Lousado, para instalação de unidades de saúde
amovíveis e provisórias, pelo período de 15 de setembro a 15 de dezembro de 2025;
Face à urgência da situação e à impossibilidade de reunir, em tempo útil, o órgão
executivo para deliberar previamente sobre o ato, o Sr. Presidente da Câmara Municipal
proferiu decisão de aprovação e assinatura do contrato de comodato em 15 de setembro
de 2025, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de
setembro, na sua redação atual
Nestes termos, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:
Ratificar o contrato de comodato celebrado em 15 de setembro de 2025 entre o Município
de Vila Nova de Famalicão e a Mundos de Vida - Associação para a Educação e
Solidariedade (NIPC 501453962), para cedência gratuita, por três meses, da parte direita
do terreno sito na Rua do Bairro, freguesia de Lousado, destinado à instalação provisória



da Extensão de Saúde de Lousado, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do
artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual."
DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR
-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM CATORZE DE OUTUBRO DE
2021, A PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA.
DESPORTO:
23 - APOIO FINANCEIRO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DESPORTIVO
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES LOTEAMENTO MABOR
Do Senhor Vereador Pedro Oliveira cujo teor se transcreve:
"Considerando que:
As associações desportivas desempenham um imprescindível papel no desenvolvimento
cívico e desportivo da freguesia onde se inserem, assim como nas freguesias vizinhas, por
desenvolverem várias iniciativas em prol da sua comunidade, fomentando o desporto
enquanto atividade de lazer e bem-estar físico, assim como atividade sadia de ocupação
dos tempos livres dos jovens, incorporando competências fundamentais para o
desenvolvimento integral dos jovens;
Tal facto tem motivado e impulsionado estas associações a promoverem o
desenvolvimento e apetrechamento das suas infraestruturas, traduzindo-se numa clara
melhoria das condições para a prática e desenvolvimento da atividade desportiva,
permitindo, deste modo, desempenhar o seu papel em matéria de formação e
desenvolvimento desportivo dos seus atletas, bem como contribuem para a valorização
territorial do concelho:



A Associação de Moradores Loteamento Mabor vem solicitar à Câmara Municipal a
aquisição de redes de vedação para o seu polidesportivo, de acordo com o orçamento em
anexo;
A comparticipação, ora proposta, se enquadra no planeamento do Município em matéria
de apoio à atividade desportiva e atenta a competência prevista na alínea u) do n.º 1 do
artigo 33.°, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual,
conjugada com o artigo 67.º e a alínea c) do nº2 artigo 69.º do Código Regulamentar sobre
Concessão de Apoios, deste Município, em matéria de apoios financeiros a entidades
desportivas, singulares ou coletivas, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:
1. Atribuir à Associação de Moradores Loteamento Mabor NIPC 506 274 357, um apoio
financeiro até ao montante de 531,40 € (quinhentos e trinta e um euros e quarenta
cêntimos), para a aquisição de redes de vedação para o polidesportivo, de acordo com
orçamento em anexo.
2. Aprovar a minuta do contrato-programa de atribuição do apoio financeiro, em anexo.
3. Conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar o referido
contrato-programa
4. Pagar o previsto no n.º 1, de acordo com as disponibilidades financeiras do Município
desde que se verifique a existência de fundos disponíveis e após comprovativo da
aquisição das redes."
Informam os Serviços de Contabilidade:
"Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 6455/2025,
efetuados com base no cabimento nº 7436/2025."
DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.



-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM CATORZE DE OUTUBRO DE	
2021, A PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA.	
24 - APOIO FINANCEIRO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DESPORTIVO	
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE ESMERIZ.	
Do Senhor Vereador Pedro Oliveira cujo teor se transcreve:	
"Considerando que:	
As associações desportivas desempenham um imprescindível papel no desenvolvimento	
cívico e desportivo da freguesia onde se inserem, assim como nas freguesias vizinhas, por	
desenvolverem várias iniciativas em prol da sua comunidade, fomentando o desporto	
enquanto atividade de lazer e bem-estar físico, assim como atividade sadia de ocupação	
dos tempos livres dos jovens, incorporando competências fundamentais para o	
desenvolvimento integral dos jovens;	
Tal facto tem motivado e impulsionado estas associações a promoverem o	
desenvolvimento e apetrechamento das suas infraestruturas, traduzindo-se numa clara	
melhoria das condições para a prática e desenvolvimento da atividade desportiva	
permitindo, deste modo, desempenhar o seu papel em matéria de formação e	
desenvolvimento desportivo dos seus atletas, bem como contribuem para a valorização	
territorial do concelho;	
A Associação Desportiva de Esmeriz vem solicitar à Câmara Municipal, um apoio	
financeiro para a aquisição de um par de balizas para o seu polidesportivo, para a prática	
da modalidade de futsal, de acordo com o orçamento em anexo;	
A comparticipação, ora proposta, se enquadra no planeamento do Município em matéria	
de apoio à atividade desportiva e atenta a competência prevista na alínea u) do n.º 1 do	
artigo 33º do anevo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual	



conjugada com o artigo 67.º e a alínea c) do nº2 artigo 69.º do Código Regulamentar sobre
Concessão de Apoios, deste Município, em matéria de apoios financeiros a entidades
desportivas, singulares ou coletivas, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:
1. Atribuir à Associação Desportiva de Esmeriz, NIPC 502 401 672, um apoio financeiro
até ao montante de 1.000,00 € (mil euros), para a aquisição de um par de balizas de futsal,
de acordo com orçamento em anexo.
2. Aprovar a minuta do contrato-programa de atribuição do apoio financeiro, em anexo.
3. Conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar o referido
contrato-programa.
4. Pagar o previsto no n.º 1, de acordo com as disponibilidades financeiras do Município,
desde que se verifique a existência de fundos disponíveis e após comprovativo da
aquisição das balizas."
Informam os Serviços de Contabilidade:
"Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 6454/2025,
efetuados com base no cabimento nº 7435/2025."
DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR
-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM CATORZE DE OUTUBRO DE
2021, A PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA
25 - APOIO FINANCEIRO PARA ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS DESPORTIVOS
ASSOCIAÇÃO DE BASQUETEBOL DE BRAGA
Do Senhor Vereador Pedro Oliveira cujo teor se transcreve:
"Considerando que:



A Associação de Basquetebol Braga vai realizar no concelho de Vila Nova de Famalicão,
no corrente ano de 2025, 4 eventos relacionados com a modalidade de basquetebol,
nomeadamente, a Ação de Formação de Minibasquetebol, que se realizou em abril,
Torneio Internacional de Basquetebol de Sub 20, que se realizou em junho, 3º Clinic
Associação de Basquetebol de Braga, que se vai realizar em setembro e Torneio
Internacional de Natal de Minibasquetebol, que se vai realizar em dezembro;
Atendendo aos elevados custos com a realização destes eventos, nomeadamente, com as
deslocações, alojamento e alimentação de toda a comitiva, atletas, dirigentes e
treinadores, a Associação de Basquetebol de Braga solicita à Câmara Municipal, para
além dos espaços desportivos para realização das competição e formações, também, um
apoio financeiro para cobrir parte das despesas com os mesmos;
A comparticipação ora proposta se enquadra no planeamento do Município em matéria
de apoio à atividade desportiva e atenta a competência prevista na alínea u) do n.º 1 do
artigo 33.°, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual,
conjugada com o artigo 67.º e a alínea a) do nº2 do artigo 69.º do Código Regulamentar
sobre Concessão de Apoios, deste Município, em matéria de apoios financeiros a
entidades desportivas, singulares ou coletivas, propõe-se que a Câmara Municipal
delibere:
1. Atribuir à Associação de Basquetebol de Braga, NIPC 502 097 825, um apoio
financeiro no montante de 5.000,00 € (cinco mil euros), tendo em vista o apoio à
realização da Ação de Formação de Minibasquetebol, Torneio Internacional de
Basquetebol de Sub 20, 3º Clinic Associação de Basquetebol de Braga e Torneio
Internacional de Natal de Minibasquetebol.
2. Atribuir um apoio não financeiro, na cedência dos espaços desportivos para realização
dos eventos



3. Aprovar a minuta do contrato-programa de atribuição do apoio financeiro, em anexo;
4. Conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar referido o
contrato-programa;
5. Pagar o previsto no n.º 1, de acordo com as disponibilidades financeiras do Município
e, desde que se verifique a existência de fundos disponíveis."
Informam os Serviços de Contabilidade:
"Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 6452/2025
efetuados com base no cabimento nº 7433/2025."
DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR
2021, A PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA.
26 - APOIO FINANCEIRO À ORGANIZAÇÃO DE EVENTO DESPORTIVO
"FAMALICÃO DANÇA 2025".
Do Senhor Vereador Pedro Oliveira cujo teor se transcreve:
"Considerando que:
A Gindança - Associação de Ginástica e Dança de Famalicão é uma associação
desportiva, vocacionada para a ginástica, outras modalidades de ginásio e, especialmente
a dança desportiva;
É nesta modalidade que a Gindança tem vindo a conferir uma especial dedicação, tendo
assim, atingido, com os seus formandos, um elevado grau de exigência e
consequentemente, um prestigiado palmarés desportivo, tanto nacional como
internacional, sendo considerada uma das instituições de referência no panorama da
competição nacional de dança desportiva;



A Gindança tem sido uma instituição particularmente participativa na dinâmica social e
cultural do concelho, cooperando e participando na organização de diversos eventos
locais, tanto organizados pelo Municipio como por outras entidades privadas e
associativas do concelho, enriquecendo, através dos seus associados e formandos a
dinâmica social, cultural e desportiva de Vila Nova de Famalicão;
Fruto do seu palmarés desportivo e experiência competitiva, assim como de organização
de eventos da modalidade, a Gindança obteve para o concelho de Vila Nova de Famalicão
a organização, mais uma vez, de duas importantes provas de Dança Desportiva, uma de
caracter internacional e outra nacional, concretamente:
- Campeonato do Mundo de Sub 21 nas 10 Danças
- 6ª Prova do Circuito Nacional de Dança Desportiva, Latinas e Standard;
Desde 2014 que este evento tem crescido de forma sustentada e superando todas as
espectativas. O número de pares participantes nacionais e internacionais, espetadores,
audiência televisiva na RTP 2, TVI, BolaTV, audiência de livestream no sapo, no canal
MEO, Canal DSI London, transmissão a nível Mundial via site da WDSF,
proporcionando um retorno efetivo para o concelho, elevando Famalicão a Cidade
Mundial da Dança;
A transmissão em livestream será assegurada por canais nacionais, internacionais e pela
própria Federação Mundial, complementada cobertura mediática na RTP 2, Porto Canal
e A Bola TV;
O custo previsional para a organização desta atividade, orça em cerca de 99.000,00€,
sendo previsto o seu suporte através de receita de bilheteira, patrocínios, comparticipação
municipal e do IPDJ, pelo que foi apresentado pedido de apoio financeiro ao Municipio;
As provas decorrerão no dia 8 de novembro, no Pavilhão Municipal de Vila Nova de
Famalição, sendo federadas pelas respetivas tutelas, concretamente a Federação



Portuguesa de Dança Desportiva e a World Dance Sport Federation (Federação Mundial
de Dança Desportiva);
Se trata de uma organização de interesse municipal, pela projeção nacional e internacional
que oferece, assim como pela atividade desportiva e cultural que imprime à dinâmica
social do concelho;
A comparticipação ora proposta se enquadra no planeamento do Município em matéria
de apoio à atividade desportiva e atenta a competência prevista na alínea o) do n.º 1 do
artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual,
conjugada com o Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, deste Município, em
matéria de apoios financeiros a associações ou clubes desportivos (alínea a), do nº 2, do
artigo 69.º do citado Código Regulamentar, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:
1. Atribuir à Gindança - Associação de Ginástica e Dança de Famalicão, NIPC 507 538
781, sem prejuízo de outros apoios logísticos, um apoio financeiro até ao montante de
30.000,00€ (trinta mil euros), tendo em vista a organização da 11ª Edição do "Famalicão
Dança 2025"
2. Autorizar que o pagamento de 50% da comparticipação em causa, montante previsto
no n.º 1, seja efetuado antes do início da atividade e o restante após a realização da mesma,
de acordo com as disponibilidades financeiras do Município e desde que se verifique a
existência de fundos disponíveis.
3. Autorizar, no âmbito da parceria estabelecida, a realização de despesas com apoios não
financeiro, de acordo com o caderno de encargos em anexo
4. Aprovar a minuta do contrato-programa de atribuição do apoio financeiro, em anexo.
5. Conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar o referido
contrato-programa."
Informam os Serviços de Contabilidade:



"Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 6471/202	
2021, A PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA.	
27 - APOIO FINANCEIRO PARA INSCRIÇÕES FEDERATIVAS E SEGUROS DE	
ATLETAS.	
Do Senhor Vereador Pedro Oliveira cujo teor se transcreve:	
"Considerando que:	
O desporto é um fenómeno social por excelência que move atletas, treinadores, dirigentes	
e adeptos. Parte integrante da sociedade contemporânea, o desporto promove, nas suas	
variadas expressões, o bem-estar, a alegria e a perseverança;	
O direito à cultura física e ao desporto é um direito a todos constitucionalmente	
reconhecido, cuja prática e difusão incumbe ao Município promover, estimular, orientar	
e apoiar, em colaboração com as escolas, associações e coletividades desportivas;	
O Município de Vila Nova de Famalicão, no âmbito da sua política desportiva, alargou a	
todas as modalidades desportivas praticadas no concelho, o pagamento das despesas	
relativas a inscrições e seguros dos atletas dos escalões de formação e femininos das	
entidades de cariz desportivo sediadas no concelho de Vila Nova de Famalicão;	
Para a modalidade de Basquetebol, apurou-se a inscrição de 87 atletas da Associação	
Teatro Construção, 96 do Famalicense Atlético Clube, 106 do Famabasket e 25 do	
Ribeirão Basket;	



2021, A PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA.
DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVARCONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM CATORZE DE OUTUBRO DE
DELIDEDADO DOD LINANIMIDADE ADDOMAD
efetuados com base no cabimento nº 7434/2025."
"Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 6453/2025
Informam os Serviços de Contabilidade:
e, desde que se verifique a existência de fundos disponíveis."
4. Pagar o previsto no n° 1, de acordo com as disponibilidades financeiras do Município
contrato-programa.
3. Conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar o referido
presente proposta.
2. Aprovar a minuta do contrato-programa de atribuição de apoio financeiro, em anexo a
famalicenses.
desportivos, correspondentes à época 2025-2026, dos atletas das coletividades
tendo em vista a comparticipação dos custos com as inscrições federativas e seguros
financeiro no montante de 12.023,10 € (doze mil e vinte e três euros e dez cêntimos)
1. Atribuir à Associação de Basquetebol de Braga, NIPC 502 097 825, um apoid
propõe-se que a Câmara Municipal delibere:
(alínea d), do n°2, do artigo 69.º e n° 1 do artigo 73.º do citado Código Regulamentar
deste Município, em matéria de apoios financeiros a associações ou entidades desportivas
conjugada com o Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, na sua redação atual
artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual
de apoio à atividade desportiva e atenta a competência prevista na alínea u) do n.º 1 do
A comparticipação ora proposta se enquadra no planeamento do Município em matéria



28 - APOIO FINANCEIRO PARA PARTICIPAÇÕES INTERNACIONAIS
Do Senhor Vereador Pedro Oliveira cujo teor se transcreve:
"Considerando que:
O Município de Vila Nova de Famalicão tem vindo a apoiar financeiramente a
participação de atletas famalicense em provas internacionais, promovendo a sua
experiência e desenvolvimento competitivo, bem como por se tratar de matéria do
interesse desportivo municipal;
Neste contexto, considerando os elevados custos inerentes às participações nas respetivas
provas internacionais, as seguintes coletividades e atletas solicitaram um apoio municipal
tendo em vista reunir as condições necessárias para garantir as suas participações;
O Atleta Jorge Soares, vai participar no Campeonato Europeu de Kickboxing, que se va
realizar na Itália, no dia 12 de setembro;
Os Atletas Ana Oliveira, Ruben Amorim e Carlos Sá, da Dragon Club - Associação
Desportiva e artes Marciais de Cavalões, vão participar no Campeonato Mundial de
Kickboxing, que se vai realizar em Abu Dhabi, entre os dias 21 e 30 de novembro;
A comparticipação, ora proposta, se enquadra no planeamento do Município em matéria
de apoio à atividade desportiva e atenta a competência prevista na alínea u) do n.º 1 do
artigo 33.°, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, conjugada
com o Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, na sua redação atual, deste
Município, em matéria de apoios financeiros a entidades desportivas, singulares ou
coletivas (alínea d), do nº 2, do artigo 69.º do citado Código Regulamentar, propõe-se que
a Câmara Municipal delibere:
1. Atribuir as seguintes coletividades e Atletas um apoio financeiro, tendo em vista cobri
parte dos custos com as participações Internacionais:



1.1 Jorge Mateus Silva Soares, até ao montante de 250,00 € (duzentos e cinquenta euros),
para participação no Campeonato Europeu de Kickboxing.
1.2 Dragon Club - Associação Desportiva e artes Marciais de Cavalões, NIPC 513 308
717, até ao montante de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros), para participação no
Campeonato Mundial de Kickboxing.
2. Aprovar a minuta de contrato-programa de atribuição do apoio financeiro, em anexo.
3. Conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar o referido
contrato-programa.
4. Pagar o previsto no n.º 1, de acordo com as disponibilidades financeiras do Município
e, desde que se verifique a existência de fundos disponíveis, bem como a efetiva
participação dos atletas nas competições desportivas em apreço."
Informam os Serviços de Contabilidade:
"Os fundos disponíveis são suficientes para assunção dos compromissos nºs 6496 e
6497/2025, efetuados com base nos cabimentos nºs 7491 e 7492/2025."
DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR
-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM CATORZE DE OUTUBRO DE
2021, A PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA.
CULTURA:
29 - APOIO FINANCEIRO À "ASSOCIAÇÃO CALVÁRIO EM MOVIMENTO",
DESTINADO À COMPARTICIPAÇÃO NOS CUSTOS DE CONSTITUIÇÃO E
LEGALIZAÇÃO.
Do Senhor Vereador Pedro Oliveira cujo teor se transcreve:
"Considerando que:



O manifesto interesse público municipal, alusivo à constituição e à legalização da "Associação Calvário em Movimento", pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, com sede em Rua da Luz, n.º 67, 4770 - 709 Telhado, concelho de Vila Nova de Famalição, justifica a atribuição de um apoio financeiro, destinado à comparticipação nas despesas inerentes, e, encontra-se plasmado no respetivo objeto social, ou seja, "Fomentar a participação das populações nas ações tendentes a satisfazer as necessidades da comunidade da respetiva área e melhorar a sua qualidade de vida. Promoção e realização de iniciativas de ordem social, cultural e desportiva que contribuam para a mais ampla solidariedade e o bem-estar dos habitantes e para o engrandecimento da localidade. Cooperar com as entidades públicas, nomeadamente, com a Câmara Municipal do respetivo concelho, em tudo o que possa valorizar a freguesia de Telhado e que tenha por fim o desenvolvimento e progressos locais"; Compete à Câmara Municipal prestar apoio a atividades de interesse municipal, conforme decorre da alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e atendendo que a concessão do apoio assenta na motivação anteriormente narrada e em critérios gerais e específicos para a área cultural, conforme decorre das alíneas a) do n.º 2, do artigo 69.º, do Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, na sua atual redação. Nos termos do exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere: ______ 1. Aprovar a atribuição de um apoio financeiro no valor de 250,00 EUR (duzentos e cinquenta euros) à "Associação Calvário em Movimento", NIPC 518 601 340, destinado à comparticipação nos custos de constituição e legalização; _____ 2. Pagar o montante previsto no número 1, de acordo com as disponibilidades financeiras do Município, e desde que se verifique a existência de fundos disponíveis." Informam os Serviços de Contabilidade:



"Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 6446/2025 efetuados com base no cabimento nº 7428/2025."	
DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVARCONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM CATORZE DE OUTUBRO DE	
2021, A PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA.	
30 - APOIO FINANCEIRO À "ACV - ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE VERMOIM",	
PARA COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS DE REALIZAÇÃO DO XII	
FESTIVAL DE TEATRO AMADOR "VAMOS AO TEATRO".	
Do Senhor Vereador Pedro Oliveira cujo teor se transcreve:	
"Considerando que:	
A "ACV - Associação Cultural de Vermoim" é uma Instituição cultural e artística que	
tem a missão de "elaborar e promover eventos de caráter cultural, recreativo, desportivo	
e lúdico, no interesse manifestado pelos respetivos associados e na região em que se situa".	
É a transparência e a clareza das políticas culturais e artísticas da Câmara Municipal de	
Vila Nova de Famalicão, que têm permitido proceder à apreciação, distinção e	
valorização dos argumentos aduzidos pela "ACV - Associação Cultural de Vermoim",	
para, entre 20 de setembro de 2025 e 18 de outubro de 2025, proceder à realização do XII	
Festival de Teatro Amador "Vamos ao Teatro", enquanto relevante referência social,	
cultural, artística e educativa deste território, e manifesto contributo para a formação	
erudita, pensamento crítico e desenvolvimento das capacidades cognitivas de todos os	
municines famalicenses:	



A cultura é um setor de atividade social e económica com caraterísticas singulares, pelo que, dada a singularidade, a sazonalidade e a intermitência dos setores económicos e sociais da cultura, da arte e do recreio, a "ACV - Associação Cultural de Vermoim", para a concretização do XII Festival de Teatro Amador "Vamos ao Teatro", se confronta com estruturas e modalidades frágeis, precárias e informais, de solvabilidade, de rentabilidade e de liquidez. Atendendo também, como sempre, ao menor dispêndio para os cofres do erário público municipal, a Divisão de Cultura desta Câmara Municipal, tem procurado, na lógica, na premissa, na justificação e na conclusão do fenómeno de descentralização cultural, a sistematização para a prestação de um serviço público de arte e de cultura a todos os munícipes famalicenses, viabilizando a promoção do acesso efetivo de todos os cidadãos aos direitos culturais, artísticos, recreativos, lúdicos, educativos e pedagógicos, com maior eficiência e eficácia no que respeita á gestão dos bens e recursos culturais públicos; _ Compete à Câmara Municipal prestar apoio a atividades de interesse municipal, conforme decorre da alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e atendendo a que a concessão do apoio assenta na motivação anteriormente narrada e em critérios gerais e específicos para a área cultural, conforme decorre da alínea a), do n.º 2, do artigo 69.º, e do n.º 1 e n.º 3, do artigo 73.º do Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, na sua atual redação. Nos termos do exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere: _____ 1. Aprovar a atribuição de um apoio financeiro no valor de 6.000,00 EUR (seis mil euros) à "ACV - Associação Cultural de Vermoim", NIPC 501 869 247, para comparticipar as despesas de realização do XII Festival de Teatro Amador "Vamos ao Teatro"; _____ 2. Aprovar a minuta do protocolo de atribuição de apoio financeiro para o desenvolvimento de atividades, em anexo;



3. Conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para, em nome e
representação do Município, outorgar o protocolo referido no número anterior;
4. Pagar o montante previsto no número 1, de acordo com as disponibilidades financeiras
do Município, e desde que se verifique a existência de fundos disponíveis."
Informam os Serviços de Contabilidade:
"Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 6445/2025,
efetuados com base no cabimento nº 7427/2025."
DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR
-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM CATORZE DE OUTUBRO DE
2021, A PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA.
31 - RATIFICAÇÃO DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO "BILHÉTICA
ELETRÓNICA EM REDE E CARTÃO PENTÁGONO CULTURAL"
Do Senhor Vereador Pedro Oliveira cujo teor se transcreve:
"Considerando que:
A implementação da bilheteira eletrónica em rede entre estruturas culturais do Municípios
da "Quadrilátero" - Cineteatro Gil Vicente, Theatro Circo, Casa das Artes, Centro
Cultural Vila Flor e Multiusos, em conjugação com o Cartão Quadrilátero Cultural veic
estabelecer, desde 2012, um novo quadro regional na promoção e no acesso à cultura
contribuindo para a afirmação do território das cidades de Barcelos, Braga, Famalicão e
Guimarães;
Este protocolo foi renovado em 2017, atualizando alguns termos do protocolo; A 7 de
abril de 2025, procedeu-se à formalização da integração do Município de Viana do
Castelo na Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero Urbano, tornando.



se necessário atualizar o Protocolo de Cooperação da "Bilhética Eletrónica em Rede e do
Cartão Quadrilátero Cultural", agora "Pentágono Cultural", por forma a garantir a
prossecução da dinâmica de cooperação interurbana, continuando a procurar consolidar a
formação e fidelização de novos públicos;
Assim, e considerando o disposto nas alíneas r) e ff) do número 1 do artigo 33º do Anexo
I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.
Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:
1. Aprovar a ratificação do Protocolo de Cooperação da Bilheteira Eletrónica em Rede e
Cartão Pentágono Cultural, anexa à presente Proposta, outorgado pelo Sr. Presidente da
Câmara Municipal, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do
Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual."
DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVARCONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM CATORZE DE OUTUBRO DE 2021, A PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA
-AUSENTOU-SE O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, POR IMPEDIMENTO LEGAL.
-ASSUME A COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS O SENHOR VICE-PRESIDENTE
RICARDO MENDES.
JUVENTUDE:
32 - APOIO FINANCEIRO E NÃO-FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA
DA ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE DO VALE DO AVE PARA A ORGANIZAÇÃO
DO V INCOGNIFEST.



Da Senhora Vereadora Luísa Azevedo cujo teor se transcreve:
'Considerando que:
Vila Nova de Famalicão orgulha-se das suas instituições de ensino superior, que têm
promovido o crescimento académico, cultural e social da cidade. Neste contexto, a
Associação Académica da Escola Superior de Saúde do Vale do Ave apresenta à Câmara
Municipal o V Incognifest Este é um evento de grande relevância a nível cultural e
académica, que decorrerá nos dias 24 e 25 de outubro de 2025, e que conta com a
tradicional Noite de Serenatas, na Matriz Velha, momento de forte simbolismo e tradição
académica, e a Noite de Concurso, na Casa das Artes, reunindo tunas académicas de todo
o país;
Este evento, que promove a cultura musical e aproxima a comunidade estudantil à
população famalicense, assume-se como um importante momento de convívio, partilha e
promoção do espírito académico, reforçando o papel das tunas enquanto guardiãs de um
estilo musical e cultural que atravessa gerações;
Para garantir as condições necessárias à realização de mais uma edição memorável, foram
estimadas despesas relativas a alojamento, alimentação, material promocional, aluguer de
espaços, prémios e logística. Esta colaboração entre a instituição académica, autarquia e
comunidade local consolida Famalicão como um verdadeiro polo universitário e cultural,
onde a tradição e a inovação caminham lado a lado;
O Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, na sua redação atual (adiante
CRCA), prevê na alínea a), do n.º 2 e no n.º 3, do artigo 69.º, a possibilidade de atribuição
de um apoio financeiro e não financeiro à atividade das entidades e organismos previstos
no seu artigo 67.º, com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de
reconhecido interesse para o Município;



A Câmara Municipal dispõe de competências próprias para deliberar sobre as formas de
apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à
realização de eventos de interesse para o Município, ao abrigo do previsto na alínea o),
do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação
atual
Pelo exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere:
1. Atribuir um apoio financeiro, no montante máximo de 1.600,00 € (mil e seiscentos
euros), à Associação Académica da Escola Superior de Saúde do Vale do Ave, NIPC 504
266 632, para a realização V Incognifest;
2. Pagar o previsto no n.º 1 de acordo de acordo com as disponibilidades financeiras do
Município e desde que se verifique a existência de fundos disponíveis;
3. Atribuir um apoio não financeiro, através da cedência de material e apoios logísticos,
até ao montante de 1.000,00 € (mil euros), nos termos do previsto no n.º 3 do artigo 69.º
do CRCA, na sua redação atual;
4. Aprovar a minuta do protocolo de atribuição de apoio financeiro e não financeiro, em
anexo;
5. Conceder poderes ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para outorgar e
assinar o referido protocolo."
Informam os Serviços de Contabilidade:
"Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 6488/2025,
efetuados com base no cabimento nº 7470/2025."
DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR
-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM CATORZE DE OUTUBRO DE
2021. A PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA.



-NÃO PARTICIPOU NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO O SENHOR PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL.
33 - APOIO FINANCEIRO E NÃO FINANCEIRO - RECEÇÃO AO CALOIRO 2025.
Da Senhora Vereadora Luísa Azevedo cujo teor se transcreve:
"Considerando que:
As Instituições de Ensino Superior desempenham um papel essencial no desenvolvimento
de qualquer município, e Vila Nova de Famalicão não é exceção. A sua presença
impulsiona o progresso em diversas áreas, influenciando diretamente a vida dos jovens
famalicenses e contribuindo para moldar o futuro do concelho;
O Município assume o compromisso de apoiar iniciativas académicas promovidas por
Universidades, Associações Académicas e Núcleos de Estudantes, com o propósito de
reforçar a ligação entre as instituições de ensino, os seus alunos, as empresas e a
comunidade local. Esse apoio procura criar sinergias que beneficiem todos os envolvidos:
A Receção ao Caloiro ultrapassa o caráter de uma simples celebração, assumindo-se como
um momento inesquecível na vida de cada estudante. É um encontro de emoções, onde a
alegria vibrante se mistura com a memória do passado e a expectativa do futuro. Mais do
que uma festividade, trata-se de um verdadeiro rito de passagem, uma homenagem à
juventude e uma celebração da vida académica, deixando uma marca duradoura na
trajetória de cada aluno;
Ao apoiar esta iniciativa, o Município expressa a sua gratidão e proximidade aos
estudantes que escolheram Vila Nova de Famalicão como cidade académica, mantendo
viva a tradição estudantil e projetando o concelho como um polo académico de referência;
A Receção ao Caloiro é organizada pela Associação Académica da Escola Superior de



Saúde do Vale do Ave e, realizar-se-á de 28 a 30 de outubro, com atuações de DJ e vários
artistas, assim como o Encontro de 4 tunas académicas, conforme programa anexo;
O Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, na sua redação atual (adiante
CRCA), prevê na alínea a), do n.º 2 e no n.º 3, do artigo 69.º, a atribuição de um apoio
financeiro e não financeiro à atividade das entidades e organismos previstos no seu artigo
67.°, com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de reconhecido
nteresse para o Município;
A Câmara Municipal dispõe de competências próprias para deliberar sobre as formas de
apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à
realização de eventos de interesse para o Município, ao abrigo do previsto na alínea o),
do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação
atual
Pelo exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere:
1. Atribuir, para a realização da Receção ao Caloiro 2025, um apoio financeiro, no
montante máximo de 10.000,00 € (dez mil euros), à Associação Académica da Escola
Superior de Saúde do Vale do Ave, NIPC 504 266 632, nos termos do previsto na alínea
a) do n.º 2 do artigo 69.º do CRCA, na sua redação atual;
2. Pagar o previsto no n.º 1 de acordo com as disponibilidades financeiras do Município
e desde que se verifique a existência de fundos disponíveis;
4. Atribuir um apoio não financeiro, através da cedência de material e apoios logísticos,
até ao montante de 1.000,00 € (mil euros), nos termos do previsto no n.º 3 do artigo 69.º
do CRCA, na sua redação atual;
5. Atribuir à Associação Académica da Escola Superior de Saúde do Vale do Ave, NIPC
504 266 632, a isenção do pagamento das taxas municipais, relativas a Licença Especial
de Ruído e a Ocupação de Espaço/Via Pública, necessárias para a realização da atividade.



de acordo com o artigo 35.º e a alínea c), do número 2, do artigo 36.º, do Código
Regulamentar de Taxas Municipais - DR, II Série, n.º 14, de 21 de janeiro, 2016;
6. Aprovar a minuta do protocolo de atribuição de apoio financeiro e não financeiro, em
anexo;
7. Conceder poderes ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para outorgar e
assinar o referido protocolo."
Informam os Serviços de Contabilidade:
"Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 6487/2025,
efetuados com base no cabimento nº 7469/2025."
DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR
-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM CATORZE DE OUTUBRO DE
2021, A PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA
-NÃO PARTICIPOU NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO O SENHOR PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL.
-RETOMOU A COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS O SENHOR PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL.
AMBIENTE:
34 - ATRIBUIÇÃO DE TARIFA SOCIAL
Do Senhor Vereador Hélder Pereira cujo teor se transcreve:
"Considerando que:
Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º do Regulamento de Distribuição de Água e Drenagem
de Águas Residuais, a Câmara Municipal, em caso de comprovada debilidade económica



dos consumidores de tipo doméstico, poderá excecionalmente e mediante requerimento
dos interessados, autorizar a redução do valor de uma ou mais tarifas;
Para além da situação prevista anteriormente, está previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo
145.º do Código Regulamentar do Ambiente do Município de Vila Nova de Famalicão o
benefício da atribuição de tarifa social a utilizadores domésticos;
Assim, e para o efeito, a Divisão de Solidariedade Social endereçou pedidos à Divisão de
Ambiente e Serviços Urbanos, a requerer a tarifa social a vários munícipes, por se
tratarem de situações de carência económica, conforme se comprova pelas informaçõe
sociais prestadas e cujo conteúdo aqui se dá por integralmente reproduzido;
Os munícipes indicados pela Divisão de Solidariedade Social, para serem concedidas a
reduções excecionais das tarifas encontram-se identificados abaixo, pelo nome:
- Domingos José Silva Alves;
- José Abílio Oliveira Cruz;
- Olinda Fátima Macedo Costa;
- António Fernando Castro Abreu;
- Carla Alexandra Azevedo Magalhães;
- Gabriela da Conceição Forte Carneiro;
- Renata Sousa Marinho;
- Paula Maria Azevedo Vieira;
- Joaquina da Silva Mendes;
- João Silva Machado;
- Fábia Monteiro;
- Luís Armando de Freitas Barroso;
- Maria Leopoldina Oliveira Cruz;
- Maria Celeste da Silva Mendes;



- Maria Graça Silva Oliveira;
- José Campos Martins Oliveira;
- Sónia Maria Souza Nascimento;
- Susana Cristina Faria da Costa;
- Rosa Silva Carneiro;
- Maria Celeste de Oliveira Ferreira;
- Manuel da Costa Pinto;
- Maria José Pereira Mirra;
- Maria Celeste Pereira Salgado;
- Maria Madalena de Sousa Araújo;
- Marta Sofia Monteiro Carvalho;
- Rafael Marinho Pereira;
- Sónia Maria Silva Ferreira;
- Maria Júlia Silva Mendes;
- Maria Antónia Dias Ramos;
- Emília Pinheiro Azevedo;
- Maria Dores Fonseca Silva;
- Maria Fátima Fernandes Ferreira Lopes;
- José António Silva Monteiro;
- Maria Bernardete Sousa Araújo;
- Carla Manuela Silva Moreira;
Os munícipes acima referidos têm a sua situação regularizada junto deste Município, nã
possuindo qualquer dívida, conforme indicação datada de 9 de setembro de 2025, que s
anexa
Face ao exposto, propõe-se que esta Câmara Municipal delibere:



- Autorizar a atribuição de tarifa social, pelo período único de um ano, podendo estas	
situações serem revistas e/ou revogadas no caso de alteração dos pressupostos,	
nomeadamente na reversão da tarifa após o primeiro incumprimento de pagamento, aos	
munícipes melhor identificados no corpo da presente proposta, de acordo com o previsto	
no artigo 36.º do Regulamento de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais	
e artigo 145.º do Código Regulamentar do Ambiente."	
DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR	
-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM CATORZE DE OUTUBRO DE	
2021, A PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA.	
E não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, eram onze	
horas, da qual para constar se lavrou a presente ata	
E eu, Zeferino Joaquim da Silva Araújo Pinheiro, Chefe de Divisão Administrativa e	
Financeira, a redigi e assino juntamente com o Senhor Presidente.	
Data de aprovação: 09 de outubro de 2025, por unanimidade dos presentes.	
O Secretário:	
O Presidente da Câmara:	